

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Samara Nesy Mota

**Identidade germânica e nacionalização nas obras de Vianna Moog e Bayard de
Toledo Mércio (1938-1940)**

Porto Alegre
2013

Samara Nessay Mota

Identidade germânica e nacionalização nas obras de Vianna Moog e Bayard de Toledo Mércio (1938-1940)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.

Porto Alegre
2013

Samara Nessay Mota

Identidade germânica e nacionalização nas obras de Vianna Moog e Bayard de Toledo Mércio (1938-1940)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Monografia aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Regina Weber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Para Paulo e Gladis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Luiz Alberto Grijó por ter me apresentado a possibilidade da utilização de obras literárias como fontes históricas, há alguns anos, na disciplina de História do Brasil II, despertando em mim grande interesse por essa temática que vem a ser o mote central desse trabalho de conclusão de curso. Principalmente, agradeço ao professor Grijó por ter aceitado, tão gentilmente, orientar-me nessa empreitada. Sem a sua ajuda, talvez esse trabalho não tivesse sido realizado.

Agradeço também ao professor Dr. René Ernaini Gertz que com seus ensinamentos serviu de inspiração para a realização desse trabalho e que sempre será um exemplo como historiador e docente.

Agradeço, por fim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter me proporcionado um estudo gratuito e de alta qualidade.

“A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertar de sua glória e o reflexo progressivo de sua inteligência. E, quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra, com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo, do qual é ela o único representante na posteridade. Sua voz, como um eco imortal, repercute por toda parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação e sobre tal ponto do globo existia um povo cuja glória só eu a conservo, cujos heróis só eu conheço. Vós, porém, se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo e uma sombra viva do que ele foi”.

Machado de Assis

“– O colega vai gostar de Blumental – assegurou Stahl, despedindo-se. – Aqui tudo imita a Alemanha. Até a natureza, para ser agradável, pôs à nossa disposição um rio que imita o Reno”.

Vianna Moog

“Frau Berta sentou-se na peça contígua e pôs-se a recordar o passado... - Meu Roberto, meu velho, lembra? É como foi o nosso! Por que morreste, por que te foste? Devias estar aqui hoje. Há tanta felicidade nesta casa. [...] Olha o contentamento deles! Repara os noivos! São como nós, lembra? É como lá na Alemanha, Roberto! [...] Longe do Reno também se é feliz”.

Bayard de Toledo Mércio

RESUMO

Seguindo as diretrizes da História Cultural que, entre outras, preconiza a utilização da Literatura como fonte histórica, analisa-se nesse estudo as obras literárias de Clodomir Vianna Moog, *Um Rio Imita o Reno* (1938), e de Bayard de Toledo Mércio, *Longe do Reno: uma Resposta a Vianna Moog* (1940). Sobre o pano de fundo da discussão a respeito da existência ou não de um “perigo alemão”, nessas obras procura-se identificar a representação que os autores fazem sobre os imigrantes alemães e seus descendentes do Rio Grande do Sul, no que tange à sua integração na sociedade brasileira, no contexto da Campanha de Nacionalização instituída no Estado Novo.

Palavras-chave: Estado Novo. Campanha de Nacionalização. Teuto-brasileiros. Identidade germânica. Perigo alemão.

ABSTRACT

Following the guidelines of Cultural History, which, among others, advocates the use of literature as a historical source, this study analyzes the literary works of Clodomir Vianna Moog, *Um Rio Imita o Reno* (1938), and Bayard de Toledo Mércio, *Longe do Reno: uma Resposta a Vianna Moog* (1940). On the background of the discussion of the existence or not of a "German danger", in these works seek to identify the representation that the authors make about the German immigrants and their descendants of Rio Grande do Sul, in relation to their integration in Brazilian society, in the context of the Nationalization Campaign instituted during the "Estado Novo" government.

Keywords: New State. Nationalization Campaign. German-Brazilians. Germanic identity. German danger.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
2.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.2	REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	24
3	“PARDAIS OU PÁSSAROS DE CANTO?” OS TEUTOS POR VIANNA MOOG.....	30
3.1	UM TEUTO-BRASILEIRO CONTRA A COMUNIDADE GERMÂNICA.....	30
3.2	UM RIO IMITA O RENO.....	34
4	“LONGE DO RENO TAMBÉM SE É FELIZ”: OS TEUTOS NA VISÃO DE MÉRCIO.....	46
4.1	UM “BRASILEIRO” NA DEFESA DOS TEUTOS.....	46
4.2	LONGE DO RENO: UMA RESPOSTA A VIANNA MOOG.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	FONTES.....	62
	REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a identificar as representações dos imigrantes alemães e seus descendentes, no sul do Brasil, construídas em duas obras literárias escritas por autores gaúchos, durante o período conhecido como Estado Novo. Para que nos situemos no tempo e no espaço no qual se insere a temática aqui abordada, procederemos a uma breve contextualização histórica, pois cada objeto/fato histórico deve ser compreendido dentro do mundo que o criou.

Desde 1930, após uma revolução levada a cabo por “oligarquias dissidentes” descontentes com os rumos da política nacional, o Brasil vinha sendo governado por Getúlio Vargas, figura controversa da história brasileira. Em contraposição ao poder de tipo oligárquico¹, com amplas autonomias regionais, característico da chamada República Velha, Vargas instaura um governo centralizador, com nuances autoritárias e que tinha como princípio norteador a busca pela unidade nacional.

As esperanças democratizantes dos agentes² que apoiaram a Revolução de 1930, com o passar dos anos, não foram satisfatoriamente atendidas, à medida que Getúlio Vargas, que assumiu o governo em caráter provisório, ia se mantendo no poder. De acordo com Fausto (1995, p. 357), “[...] ganhou força, no Brasil dos anos 30, a corrente autoritária. O padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país”.

Diante das pressões pela constitucionalização e pela democratização do governo, em 1934 é promulgada uma Constituição e Vargas é eleito presidente da República, pelo voto indireto, com a promessa de em 1938 se realizarem eleições diretas:

Em junho de 1934, parlamentares escolhidos pelo voto direto promulgaram uma Constituição e elegeram o então chefe do governo provisório – Getúlio Vargas – para a presidência da República. *Grosso modo*, a nova carta

¹ “O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos Estados, perdeu terreno. Isso não quer dizer que as oligarquias tenham desaparecido, nem que o padrão de relações sociopolíticas baseado na “troca de favores” deixasse de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro” (FAUSTO, 1995, p. 327).

² “Como da Revolução de 30 haviam participado forças políticas bastante diversificadas, distintas eram as visões a respeito da condução do processo revolucionário. Enquanto uns defendiam medidas mais centralizadoras e autoritárias, insistindo na necessidade de um regime forte e apertado, outros pregavam medidas mais liberais e lutavam por maior autonomia regional. Por isso, entre a revolução e o golpe [de 1937], as disputas foram intensas” (PANDOLFI, 1999, p. 9).

representava uma vitória dos setores mais liberais. Ao mesmo tempo em que assegurava o predomínio do Legislativo e ampliava a capacidade intervencionista do Estado, buscava evitar que essa ampliação [...] fosse confundida com um aumento do poder do presidente da República. De acordo com as regras do jogo, o mandato presidencial teria a duração de quatro anos, não sendo possível a reeleição. Ou seja, em 1938, Getúlio Vargas teria que sair da presidência (PANDOLFI, 1999, p. 9).

Nos inícios de 1937, então, foram se definindo as candidaturas para a sucessão presidencial que deveria ocorrer no ano seguinte e “Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das candidaturas tinha sua confiança” (FAUSTO, 1995, p. 363). Isso, aliado ao medo de uma possível infiltração comunista no país, fantasia³ criada pelo governo após a descoberta de um suposto plano de insurreição comunista no Brasil, o chamado “Plano Cohen”, acabou incitando um clima golpista e em 10 de novembro de 1937, em nome da Segurança Nacional, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo, alegando que “[...] a situação política não comportava a realização de eleições” (FAUSTO, 1995, p. 364).

Com a instalação de um governo constitucional [1934-1937], o clima político do país radicalizou-se. Dois importantes movimentos de massas, com conotações ideológicas bem distintas, mobilizaram a população: a Ação Integralista Brasileira (AIB), nacionalista e antiliberal, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), nitidamente de oposição a Vargas e que congregava socialistas, comunistas, católicos e nacionalistas. Em novembro de 1935, levantes comunistas eclodiram em Natal, Recife e Rio de Janeiro. As revoltas foram debeladas rapidamente, mas o “perigo comunista” passou a ser utilizado como justificativa para o governo intensificar e aprimorar mecanismos de repressão e controle da sociedade. [...] a escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 1937, que deu origem ao Estado Novo (PANDOLFI, 1999, p. 9-10).

Assim, ocorre uma escalada autoritária: uma nova Constituição é imposta, o Congresso é fechado, os partidos políticos são extintos, um estado de emergência é declarado suspendendo liberdades civis, governadores estaduais são substituídos por novos interventores federais, o presidente passa a ter o poder de expedir decretos-lei, em suma, instala-se, agora⁴ plenamente, um governo centralizador, com o fim de modernizar o país por uma via autoritária. E é durante esse período

³ Isso foi um reflexo da situação internacional de perseguição aos comunistas que se estendeu ao Brasil.

⁴ “Seria engano pensar que o Estado Novo representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937 elas se integraram e ganharam coerência no âmbito no novo regime” (FAUSTO, 1995: p. 365).

autoritário que uma Campanha de Nacionalização será levada a termo, como veremos mais adiante.

O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente (FAUSTO, 1995, p. 366).

Cumprе mencionar uma questão importante do período de governo de Vargas que interessa sobremaneira ao presente estudo, pois influenciará mais tarde a Campanha de Nacionalização: as relações⁵ que o governo manteve com algumas potências econômicas, desde 1930. Depois da crise de 1929, os Estados Unidos se fortalecem no cenário mundial e uma nova potência surge na cena internacional, como forte concorrente aos Estados Unidos: a Alemanha nazista (desde 1933) que “[...] iniciou uma política de influência ideológica e de competição com seus rivais na América Latina.” (FAUSTO, 1995, p. 379).

Getúlio, político arguto e pragmático, diante desse cenário, conforme Fausto (1995, p.379), passou a “[...] negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e procurou tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências [...]” sem se posicionar objetivamente ao lado de uma ou de outra. A Alemanha começa, então, a crescer cada vez mais em importância na balança comercial brasileira e a competir com os Estados Unidos que, por sua vez, ficaram descontentes e preocupados com uma possível aproximação entre Brasil e Alemanha, não só na economia como na ideologia nacionalista/autoritária.

Depois do golpe de 1937, o governo brasileiro mantém essa forma de se relacionar com as duas potências, por um tempo, apesar de manifestar uma aparente afinidade ideológica (devido ao caráter autoritário, particularmente) e uma relação bastante amistosa com a Alemanha. Os rumores de guerra e a deflagração desta em fins da década de 1930 forçaram Vargas a se afastar da Alemanha, paulatinamente, até chegar ao ponto de em 1942 romper relações com o Eixo e se aliar aos Estados Unidos (que usaram seu poder econômico e geopolítico para pressionar o Brasil e a América como um todo a unir-se a eles contra a ameaça alemã).

⁵ “Não há dúvida de que as medidas que o governo brasileiro começa a tomar a partir de 1938 em relação às ‘colônias alemãs’ devem ser entendidas no contexto das pressões internacionais sobre o governo de Vargas. Estas pressões se dão via propaganda e também diretamente” (GERTZ, 1987, p. 111).

A conjuntura interna autoritária do Brasil e sua política nacionalista somadas a esse cenário internacional de guerra (no qual o inimigo maior era a Alemanha) influenciaram o que viria a ser conhecido como Campanha de Nacionalização (1938). Nesse período, elementos de diversas etnias, consideradas não assimiladas à nação brasileira, foram perseguidos e obrigados a se integrarem. Apesar de a campanha se dirigir a várias etnias, a perseguição com relação aos germânicos foi flagrantemente mais violenta, como veremos ao longo desse estudo.

O caráter nacionalizante do regime de Vargas constituía um verdadeiro projeto ideológico planejado por intelectuais⁶ que passaram a ocupar postos-chave no regime estadonovista. Para esses ideólogos, somente um país forte e centralizado poderia fazer o Brasil se desenvolver, se modernizar⁷, e “[...] para se chegar a esse Estado nacional forte, moderno e eficiente, era necessário investir na construção de uma brasilidade [...]”, investir na integração nacional. (TORRES, 1999, p. 125).

Essa concepção aliada à conjuntura internacional anti-Alemanha deu origem a perseguições contra tudo que aparentava não estar integrado ao conceito de nação forjado pelo governo.

O nacionalismo do Estado Novo transferiu o seu foco primordial do plano intelectual, das décadas 10 e 20, para o da ação política com o governo federal patrocinando a expansão das idéias nacionalistas em larga escala. A partir do pensamento de ideólogos, como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna foi criado um projeto político de exaltação ao patriotismo, fundado em ameaças externas reais ou imaginárias, crescendo a aspiração de que o país adotasse medidas mais corajosas e independentes em relação à política externa (TORRES, 1999, p. 120).

Até o início da década de 1930, quando Vargas assume o governo, não estavam bem consolidadas as bases de uma identidade nacional brasileira. Desde a primeira metade do século XIX, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁸, intelectuais estudavam uma definição para a identidade do

⁶ Sobre a inserção dos intelectuais no aparelho de Estado consultar: Velloso (2003).

⁷ Getúlio apresentava o Estado Novo como conseqüência lógica da Revolução de 30: “O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil nos tempos modernos” (FAUSTO, 1995, p. 376). Já Pandolfi (2003, p. 35) refuta essa afirmação dizendo que “[...] o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930.”

⁸ “Uma de suas funções [do IHGB] era formular uma perspectiva de história para o novo país, uma história que permitisse definir uma identidade para esse novo ser jurídico chamado Estado

Estado Brasileiro (frise-se, do Estado e não da Nação), mas os critérios de constituição da nacionalidade ainda não haviam sido racionalmente formulados. Em 1840, o IHGB lança um concurso convidando intelectuais a sugerirem como se deveria escrever a História do Brasil. O vencedor do concurso foi o estudioso Karl P. Von Martius que constrói um texto afirmando que a história brasileira deveria ser escrita considerando-se a contribuição do índio, do branco⁹ e do negro (esse texto influenciará sobremaneira a escrita da História brasileira no século XIX). É a partir desse momento que se passa a fazer a apologia da mistura das “raças” lusa, índia e negra como constituintes da identidade do país. No entanto, a etnia negra foi vista como elemento indesejado nesse caldeamento e tentativas de apagar os sinais da presença africana foram sendo realizadas (GERTZ, 2005a). Difundiu-se assim uma “ideologia do branqueamento” que culminou com o incentivo à política imigrantista¹⁰ do governo brasileiro, que promoveu a vinda de europeus para o país, a fim de que eles “branqueassem” a população local através da miscigenação. E o Estado Novo, no século XX, vai retomar essa tese da miscigenação para fundamentar seu projeto de integração da nação.

Segundo Gertz (2005a, p. 39) “[...] as formas de ver e de pensar sobre a imigração e seu papel não eram unânimes nem se distribuíam de maneira linear no tempo histórico.” Desde os inícios da imigração alemã [1824], muitos se posicionaram contra, alegando que o elemento germânico não se integraria à sociedade brasileira, e uma preocupação com um suposto “perigo alemão” se disseminou. Esse temor foi reforçado quando, em 1871, a Alemanha se unifica e se torna uma potência; uma potência que, diferentemente das demais, não possuía colônias¹¹, por tardia, o que suscitou o receio quanto à possibilidade de uma corrida imperialista contra os países que abrigavam colonos alemães, como o Brasil.

Com intensidade variável no tempo e no espaço, a ideologia do “perigo alemão” seguiu se propagando, apresentando momentos mais acirrados como o

Brasileiro, que ainda não podia ser chamado de Nação, já que por Nação se costuma entender não uma simples abstração jurídica limitada a um determinado território – tal qual o Estado –, mas uma unidade ‘espiritual’, uma unidade ‘subjéctiva’ dos cidadãos de um Estado” (GERTZ, 2005a, p. 37).

⁹ Evidentemente, com a precedência do elemento branco.

¹⁰ Cabe salientar que a política imigrantista vinha ocorrendo desde o primeiro quartel do século XIX e teve como razão principal a necessidade, por um lado, de mão-de-obra para substituir o trabalho escravo, no sudeste do país e, por outro, para a constituição da pequena propriedade familiar, no sul. O branqueamento da população seria uma vantagem extra, uma consequência, por assim dizer, do processo imigrantista e não uma causa.

¹¹ Vale salientar que, no final do século XIX, ocorria o auge do Imperialismo na Europa.

período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por exemplo, quando surgem organizações nacionalistas no Brasil que identificavam como necessidade para o fortalecimento do país a constituição de uma identidade brasileira.

Essas novas idéias e concepções que foram ganhando contornos cada vez mais nítidos ao longo dos anos 1920 iriam atingir uma configuração plena a partir da Revolução de 1930 e da implantação do regime liderado por Getúlio Vargas. O nacionalismo defendido e praticado a partir de 1930 por Vargas e por muitos dos políticos que com ele chegaram ao poder era considerado como uma resultante viável das diferentes fontes nacionalistas que se vinham manifestando desde o início do século XX (GERTZ, 2005a, p. 42).

Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra, o receio quanto ao elemento germânico arrefece, pois “[...] não fazia mais qualquer sentido dizer que existia um ‘perigo alemão’ no sentido imperialista.” (GERTZ, 2005a, p. 41).

No entanto, com os rumores de uma nova guerra mundial, em fins da década de 1930, o medo se dissemina fortemente pelo Ocidente. Nesse momento, a tese do “perigo alemão” era repercutida pela imprensa internacional e reverberava fortemente no Brasil. Destarte, Gertz (2005a) afirma que alguns fatores objetivos contribuíram para que se acreditasse nessa tese no Brasil, como o conhecimento de discursos nacionalistas vindos da Alemanha, a presença de partidários do nazismo no país e a preservação atávica de elementos da cultura germânica pelos colonos e seus descendentes no sul.

E é nesse contexto de hostilidade contra a Alemanha que uma Campanha de Nacionalização é instituída pelo governo federal no Brasil. Essa campanha teve seu clímax com a efetividade da Segunda Guerra Mundial, que ocasionou o incremento da ideologia do “perigo alemão” (há um recrudescimento no temor ante um possível imperialismo alemão), enquanto ocorriam pressões internacionais para que o Brasil cortasse relações com a Alemanha nazista e se posicionasse ao lado dos Aliados contra o Eixo.

Por “nacionalização” entendem-se as tentativas governamentais de eliminar aquilo que era chamado de “quistos étnicos”. Estes eram constituídos pelas comunidades formadas a partir daqueles grupos imigrantistas que preservavam em certa escala o cultivo consciente ou não de características étnico-culturais (GERTZ, 2005a, p. 44).

Como o maior contingente teuto no país se encontrava ao sul, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, essa campanha foi mais intensa nesses Estados e, até mesmo violenta, a fim de integrar os elementos germânicos ditos não-assimilados à nação brasileira. Além da violência contra sua cultura, essa comunidade sofreu depredações de seus bens, perseguições policiais, extorsões, prisões, torturas e até mesmo campos de concentração existiram no Brasil.

Apesar de ser uma iniciativa federal, Gertz (2005b, p. 144) afirma que no Rio Grande do Sul a campanha “[...] esteve intimamente ligada à figura e à Interventoria de Oswaldo Cordeiro de Farias[...]” que foi nomeado pelo presidente da República para assumir o cargo de interventor (1937 a 1943) em substituição a Flores da Cunha (1930 a 1937), que havia renunciado e se encontrava no exílio (o governo de Flores da Cunha havia se caracterizado pela simpatia às populações de origem germânica). O foco central das preocupações político-administrativas de Cordeiro de Farias foi a política de nacionalização e de combate aos quistos étnicos, particularmente aos germânicos (ele foi feroz na perseguição aos teutos). Auxiliado pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, e pelo Chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py, uma série de perseguições aos teutos é levada a cabo em nome da integração nacional; ou seja, as duas vias utilizadas para nacionalizar os elementos não integrados foram a educação (através da proibição do ensino em língua alemã e da instalação de escolas públicas) e a repressão.

É sobre esse pano de fundo que as obras literárias que serão analisadas nesse trabalho foram produzidas. A ideia para esse estudo originou-se da leitura de Gertz (2005b) que afirma que os estudos sobre o período estadonovista nos Estados Federais são escassos, o que talvez se possa explicar pela “grande centralização política no governo federal” durante o período (que pode ter ocasionado certo desinteresse sobre o que acontecia nos Estados). Ainda segundo o autor:

Inclusive a literatura gaúcha abordou o período em apenas poucas oportunidades [...]. Na produção literária da época, os romances que tematizam de forma concreta e expressa algum aspecto político-social ou cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul são *Um rio imita o Reno*, de Clodomir Vianna Moog, e *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*, de Bayard de Toledo Mércio. Afora isso, porém, há pouco sobre o Estado Novo no nível regional, também na literatura (GERTZ, 2005b, p. 8).

Essas constatações de Gertz (2005b) sobre a escassez de trabalhos historiográficos que abordem o Estado Novo nos estados e sobre um reduzido

interesse da literatura gaúcha sobre o período, mais a menção às duas obras literárias, suscitaram o interesse em utilizá-las como fontes históricas, por se tratar de uma possível lacuna historiográfica a ser pesquisada.

Dessa forma, aliamos o interesse prévio em trabalhar a relação entre História e Literatura – consideramos de grande relevância científica o trabalho interdisciplinar e sob essa perspectiva pretendemos promover o diálogo entre essas duas áreas – ao estudo desse período histórico bastante relevante da história nacional no que tange à formação da identidade brasileira e ao tratamento dispensado aos descendentes de imigrantes no Rio Grande do Sul.

Na segunda seção deste trabalho, “Considerações iniciais”, serão apresentados o problema de pesquisa que envolve a representação¹² dos imigrantes e descendentes de alemães, no que tange à identidade germânica e à nacionalização, nas obras literárias escritas por Vianna Moog e Bayard de Toledo Mércio; a revisão bibliográfica sobre algumas obras que tratam essa temática e com as quais esse trabalho dialoga; além disso, pretendemos apresentar a filiação desse trabalho à perspectiva da História Cultural, particularmente abordando a relação entre História e Literatura e a proficuidade do uso de fontes literárias para a construção do conhecimento histórico. Também, nessa seção serão apresentados conceitos que auxiliarão na compreensão da temática abordada nesse trabalho como os de “representação” e “identidade étnica” dos teuto-brasileiros. Na terceira e quarta seções dessa obra, intitulados, respectivamente, “Pardais ou pássaros de canto? Os teutos por Vianna Moog” e “Longe do Reno também se é feliz: os teutos na visão de Mércio” analisaremos, detidamente, as fontes literárias – objetos de estudo desse trabalho – sob uma perspectiva histórica e comparativa, tentando identificar nelas a representação que fazem sobre o imigrante/descendente alemão – que são bem distintas – e as possíveis motivações de seus autores.

¹² Importa mencionar que a pesquisadora Ivânia Campigotto Aquino abordou a representação do imigrante alemão na obra de Vianna Moog, em sua tese de doutorado, mas seu enfoque foi distinto ao que será apresentado nesse trabalho.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesse estudo, como já foi mencionado, pretendemos trabalhar a relação entre História e Literatura, tomando como fontes duas obras escritas por autores gaúchos que abordaram aspectos relacionados aos imigrantes e descendentes de alemães, durante a Campanha de Nacionalização do Estado Novo, no Rio Grande do Sul: *Um Rio Imita o Reno*, escrito em 1938, por Clodomir Vianna Moog e *Longe do Reno: uma resposta à Vianna Moog*, escrito em 1940, por Bayard de Toledo Mércio.

Segundo Gertz (1991), a imigração alemã no Rio Grande do Sul sempre foi analisada sob dois enfoques: o “sócio-econômico-demográfico” que atenta para o papel dos imigrantes na construção do Estado, visto por um prisma positivo, e o outro enfoque, o “étnico-político-cultural-religioso”, que trata de forma negativa da presença dos elementos de origem alemã, vistos como não integrados à sociedade brasileira, representando mesmo um perigo à integração nacional.

O autor critica esse segundo enfoque, pois ele trata os imigrantes como se fossem um bloco monolítico, desconsiderando as clivagens internas do grupo que era constituído não só por camponeses, mas por diversos tipos sociais mais ou menos integrados à nação brasileira. É inegável que esse grupo possuía interesses comuns, que permitem que sejam classificados enquanto uma comunidade étnica, mas também tinham interesses distintos entre si.

A crença em uma não-assimilação dos elementos germânicos creditou-se a um isolamento que, se supunha, os imigrantes faziam questão de manter perante os demais brasileiros. No entanto, essa realidade (de isolamento) somente dizia respeito aos primeiros colonizadores pioneiros que foram deixados à própria sorte no meio da mata selvagem e tiveram que construir uma vida nova sem auxílio governamental, no início do século XIX. Ao longo dos anos, as colônias sofreram muitas transformações e esses dados sobre o isolamento, válidos para a época de sua fundação, já não eram mais válidos para explicar o atavismo germânico do século XX.

Acusação repetida contra alemães e descendentes, desde o início da imigração em 1824, é a da não-integração. Esses colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação,

pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticidade brasileira, mesmo para os descendentes que são brasileiros de fato e de direito (GERTZ, 1991, p. 13).

Essa crença em uma não-assimilação decorria de preconceitos, mas também de indícios facilmente observáveis como os descritos na passagem acima além de manifestações de alguns elementos das colônias que propalavam a segregação e a existência de um aparente absenteísmo na política brasileira, por parte dos colonos¹³. Essa imagem de perigo¹⁴ foi fortemente propagada a partir da criação do Império Alemão, em 1871, que suscitou o medo de que estratégias imperialistas fossem empregadas com relação ao Brasil (nas colônias do Sul, especificamente).

Esses elementos desencadeiam, então, uma crença no “perigo alemão” que se reforçará com o início da Segunda Guerra Mundial e com a instalação do Estado Novo, em 1937. Essa crença será o mote da Campanha de Nacionalização¹⁵ empreendida pelo governo federal e, particularmente, pelo interventor federal Cordeiro de Farias, no Rio Grande do Sul, que perseguiu os elementos de origem germânica do Estado, pelas vias educacional e repressiva.

O Estado Novo, como mencionamos, foi um período autoritário e nacionalista, no qual o forjamento de uma identidade nacional brasileira constituiu um programa de governo: intelectuais erigiram um projeto de construção da nação e forjaram um discurso nacionalista mobilizador para congregar a população brasileira a se unir a esse projeto e a aparente não-integração dos elementos germânicos ia de encontro à unidade nacional pretendida pelo Estado. E como “[...] o discurso mobilizador

¹³Gertz (1991, p.21) defende a tese de que, “[...] ao contrário do que se costuma ouvir – a história política nestas regiões é ‘normal’. Por normal quero designar o fato de que esta história deve ser entendida a partir da constelação local do poder, de sua inserção no Estado e no país e não a partir de fatores externos.” Por normal, o autor também designa os níveis de participação política dessa população se comparados aos demais habitantes do estado.

¹⁴“É a emergência da Alemanha unificada como potência imperialista, após a vitória na guerra franco-prussiana de 1871, que introduz no debate a ideia do “perigo alemão” e foram principalmente os Estados Unidos que alardearam a possibilidade da ocupação do sul do Brasil pela Alemanha, facilitada pela presença da população germânica.” (WEBER, 1994, p. 106).

¹⁵“O projeto do governo enquadrava-se dentro da perspectiva acentuadamente nacionalista, levada a efeito pelo Estado Novo, quando o Ministério de Educação buscou, através de uma série de medidas, a valorização da cultura e dos valores nacionais. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e o alinhamento posterior do Brasil ao lado das potências que combatiam o hitlerismo fez com que a campanha atingisse seu clímax, tendo-se realizado demonstrações de violência em Porto Alegre e no interior.” (PESAVENTO, 2002, p. 118).

“Para compreender e caracterizar a campanha de “nacionalização” no Rio Grande do Sul, não se pode começar com o ano de 1938, mas levar em conta os antecedentes políticos, os conflitos e preconceitos étnicos e religiosos presentes entre setores consideráveis da população gaúcha, desde o século XIX” (GERTZ, 2005b, p. 146).

sempre constrói um inimigo [...]”, foi ao “alemão” que esse papel foi designado (TORRES, 1999, p. 137).

Weber (1994, p. 105) afirma que “[...] a questão étnica está estreitamente ligada à questão da nacionalidade [...]” e que os descendentes de alemães só se tornaram um problema para o governo brasileiro quando a “brasilidade” entrou em jogo. Já em fins do século XIX, como salienta a autora, estavam em voga teorias raciais deterministas que defendiam a superioridade do homem branco; no Brasil, nesse momento, propagava-se a ideologia assimilacionista do branqueamento através da miscigenação (na qual o elemento branco neutralizaria o negro até sua desapareição), e os alemães, avessos a casamentos interétnicos, tornaram-se um problema para os planos governamentais, pelo seu aparente enquistamento étnico. Também nesse momento, parcelas das comunidades teutas passam a reivindicar seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo em que reafirmam seu germanismo (*Deutschtum*), sua condição étnica de teuto-brasileiros¹⁶. “Portanto, pregando a integração ao Estado brasileiro, mas não à nação brasileira, o *Deutschtum* divergia da concepção de nação elaborada pelos nacionalistas brasileiros.” (WEBER, 1994, p. 106).

Tanto o germanismo quanto a ideologia do branqueamento se fundamentavam em preconceitos raciais e ambos eram irreconciliáveis, o que tornou bastante difícil a vida dos teuto-brasileiros no sul do país (WEBER, 1994).

Gertz (1991) posiciona-se claramente afirmando que não emula nem a tese da não-integração e nem a tese da integração total, pois houve diferenças de lugar para lugar e de etnia para etnia. Havia diferentes interesses no seio da comunidade germânica, realidades distintas que conviviam nos mesmos locais e não se pode tratar os imigrantes/descendentes como um bloco “homogêneo e monolítico”.

Particularmente, consideramos como fator¹⁷ causador fundamental das divergências¹⁸ entre “alemães” e “brasileiros” o diferente conceito utilizado como critério de nacionalidade. Alemães utilizam o conceito de *jus sanguini* (direito de sangue) para definir sua nacionalidade, ou seja, quem nasce de pais alemães, alemão é, independentemente de seu local de nascimento. Já o Brasil considera o

¹⁶ Nesse trabalho utilizaremos as expressões “teuto-brasileiros”, “teutos” e “germânicos” para designar indivíduos nascidos no Brasil, mas de origem alemã.

¹⁷ Fator talvez inconsciente à época dos acontecimentos.

¹⁸ Antes, o conflito se origina por conta da imposição de um nacionalismo “a toque de caixa” por parte do governo brasileiro, é claro.

conceito de *jus soli*, conceito territorial que considera brasileiro todo aquele que nasce em solo brasileiro. Esses diferentes conceitos jurídicos, certamente, influenciaram o desenvolvimento do antagonismo que levou os teutos a serem vistos como não assimilados.

Por conta da concepção que privilegiava o *jus sanguini*, os imigrantes e descendentes de alemães mantinham sua identidade étnica alemã, pois compartilhavam de uma descendência comum, mas ao mesmo tempo reivindicavam os direitos que lhes eram garantidos enquanto cidadãos brasileiros, ou seja, culturalmente mantinham uma identidade alemã e politicamente se consideravam cidadãos brasileiros¹⁹. Assim, os elementos teutos propagavam o chamado germanismo²⁰ (*Deutschtum*), “[...] uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã [...]” (GERTZ, 1991, p. 32) que era considerado como algo perigoso²¹ para a integração nacional, particularmente após a presença de partidários nazistas no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial²².

Sobre esse tema, Rambo (1994) preconiza que os episódios da Campanha de Nacionalização se originaram de uma base filosófico-ideológica bem desenvolvida e não, simplesmente, de uma preocupação do Estado Novo em nacionalizar comunidades supostamente refratárias à integração nacional ou em combater a infiltração da ideologia nazista no Brasil. Há que se analisar mais profundamente a questão para se compreender por que as comunidades teutas eram tão resistentes na manutenção da cultura germânica e se esse comportamento configurava, realmente, uma recusa à cidadania brasileira.

O autor afirma que “A raiz do problema, o fulcro do conflito entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros, encontra-se na concepção desencontrada dos conceitos de nacionalidade e cidadania” (RAMBO, 1994, p. 43).

Na tradição alemã, “nacionalidade” é um conceito desvinculado da condição de “cidadania” e independe da vinculação com algum “Estado” e/ou “território”. A

¹⁹“A cidadania brasileira, por si mesma, não anula o ideal de pertencimento ao povo alemão.” (SEYFERTH, 1994, p. 15).

²⁰Através da manutenção do uso da língua alemã no cotidiano e nas publicações que veiculavam os preceitos do germanismo, da construção de clubes, associações esportivas, culturais, religiosas, da manutenção de hábitos e costumes germânicos em geral.

²¹“[...] a propaganda inglesa e norte-americana, que apresentava a população de descendência germânica no país como perigo para a segurança do continente, deve ter exercido influência considerável” (GERTZ, 1987, p. 13).

²²Não se pode negar que “O nazismo, retomando ideologicamente o germanismo e recolocando a Alemanha numa posição de força no contexto internacional, produziu naturalmente um efeito de reavivamento do movimento germanista” (GERTZ, 1991, p. 40).

nação, na ótica germânica, se configura pela comunhão de raça, etnia, cultura e história comuns, tradição, modos de ser, costumes²³, em suma, do cultivo, consciente ou não, de um espírito comum; e essa concepção se fundamenta no “[...] princípio do *jus sanguinis*²⁴, o direito pelo sangue, o direito pela herança.” (RAMBO, 1994, p. 44). Nessa perspectiva, não importa onde o indivíduo nasce; o território entra como variável aleatória, sendo aleatório também “[...] o fato de alguém se achar inserido num estado na condição de cidadão” (RAMBO, 1994, p. 46).

Isto posto, o fato de os descendentes de alemães identificarem-se étnico-culturalmente como alemães não significava que estavam comprometidos politicamente com a Alemanha enquanto Estado. Tanto que esses mesmos descendentes se autodeclaravam brasileiros e, muitas vezes, buscaram seus direitos enquanto cidadãos brasileiros. Não obstante, essa postura ambígua, por assim dizer, era de difícil compreensão para os luso-brasileiros, pois o Brasil considerava o princípio do *jus solis*²⁵ como critério definidor da nacionalidade e vinculava a condição de cidadania, ou seja, o compromisso político com um Estado e o pertencimento a um território, à nacionalidade.

No contexto do Estado Novo, essa situação de conflito ganha contornos bem particulares que, aliados à situação de guerra e à oposição internacional generalizada contra a Alemanha nazista, desembocaram na Campanha de Nacionalização, com conseqüente perseguição a tudo que fosse considerado “alemão” e a todos os elementos supostamente não integrados à sociedade nacional.

No caso específico do nacionalismo brasileiro, ao tempo do Estado Novo, há um outro aspecto a ser considerado. **O modelo étnico-cultural lusitano**

²³A língua costuma ser considerada um dos elementos mais importantes na identificação da Nação, daí a grande resistência dos teuto-brasileiros em falarem o português, em detrimento do alemão.

²⁴“O *jus sanguinis* “[...] considera nacional de um Estado um indivíduo baseando-se na filiação, isto é, na nacionalidade de seus genitores, descartando o local do seu nascimento. Este princípio, adotado preferencialmente pelos Estados com tradição emigratória durante séculos, visa, na essência, a conservar os laços de nacionalidade tendo por fundamento a consangüinidade. Dessa forma, em qualquer lugar do mundo em que fisicamente encontre-se a pessoa, será ela considerada um legítimo nacional do Estado que adota esse critério” (SANTOS, 2009). Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12298>>. Acesso em: 03 out. 2013.

²⁵“O *jus solis* é o critério de determinação da nacionalidade que considera nacional o indivíduo nascido no território de um Estado específico, contrapondo-se ao *jus sanguinis*. Isto é, pelo critério do *jus solis*, o indivíduo terá a nacionalidade do Estado em que tiver lugar seu nascimento, independentemente de sua ascendência. Em regra, o *jus solis* tem sido adotado ao longo da História por países que sofreram intensa imigração, como aqueles das Américas e do continente australiano.” (SANTOS, 2009). Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12298>>. Acesso em: 03 out. 2013.

foi escolhido, proposto e imposto, como sendo o único a ser assumido por alguém nascido em solo brasileiro e, por isso mesmo, obrigatoriamente registrado como cidadão deste País (RAMBO, 1994, p. 49, grifo nosso).

E dizemos “supostamente não integrados” porque como já mencionamos os teutos autodeclaravam-se²⁶ cidadãos brasileiros e boa parte dos imigrantes nascidos na Alemanha já haviam se naturalizado brasileiros. O que acontecia era que o modo de ser e o modo de se manifestar, ou seja, o modo de encarar a nacionalidade e a cidadania, dos teutos não se coadunava com uma política de governo que tentava impor um critério de lusitanismo²⁷ como identificador da nacionalidade.

Daí a origem de conflitos que colocaram comunidades étnicas não identificadas com o lusitanismo à margem da sociedade, consideradas perigosas à unidade nacional. Esses indivíduos não eram questionados se se consideravam ou não pertencentes à sociedade brasileira; a aparência de não integrados já os condenava à repressão:

Ao aplicarem indiscriminadamente o referencial lusitano de brasilidade, jogaram na vala comum nazistas confessos, simpatizantes do nazismo, os indiferentes e aqueles alemães que rejeitavam o nacional-socialismo [...]. Todo aquele que falava alemão passava a ser suspeito de traição da causa nacional (RAMBO, 1994, p. 51).

Devido a essas diferentes formas de se posicionar no mundo, por seu turno, os teutos, conforme afirma Rambo (1994), não compreendiam como que o seu modo de ser, a manutenção de costumes e da língua alemã pudessem ser interpretados como ofensa à nação, já que nunca negaram sua condição de pertencentes à pátria brasileira²⁸. Para eles, a fidelidade à nacionalidade alemã em nada impedia que assumissem, plenamente, a condição de cidadãos do Estado brasileiro. Ou seja, “[...] nesses termos, é possível ser alemão e ser brasileiro ao mesmo tempo.” (RAMBO, 1994, p. 52).

Diante das conjunturas internas e externas de ameaça ao contingente teuto, nos anos 1930, há um movimento de reafirmação da etnicidade teuto-brasileira, um reforço nas ações do movimento germanista (*Deutschtum*) e isso foi interpretado

²⁶ É bom lembrar que devemos ter cautela ao analisar os discursos dos teutos à época, pois não podemos ignorar que o Estado Novo era um governo repressor e censor das opiniões.

²⁷ Para saber mais sobre o porquê da escolha do período colonial e do lusitanismo como modelos para a nacionalidade brasileira (GERTZ, 1994a, p. 18).

²⁸ Sobre essa questão, assistir o documentário *Walachai*, de Rejane Zilles, 2009.

como consequência da disseminação do nazismo²⁹ no Brasil. E isso subsidiou a Campanha de Nacionalização. No entanto, entendemos que o reforço no sentimento germanista, na maioria das vezes, era uma reação³⁰ (uma forma de resistência) natural de um grupo ameaçado e obrigado a mudar o seu *modus vivendi* de uma hora para a outra e por razões que eles próprios não compreendiam.

E é então que chegamos às fontes que serão aqui analisadas. *Um Rio Imita o Reno*³¹ (1938) se passa na cidade fictícia de Blumental (provavelmente inspirada em São Leopoldo) e conta a história de um amor contrariado por preconceitos de raça, na qual os alemães e descendentes são representados como não integrados à sociedade brasileira, como racistas e rudes (MOOG, 1966).

O autor, Clodomir Vianna Moog (São Leopoldo, 28/10/1906 – Rio de Janeiro, 15/01/1988), foi advogado, jornalista, romancista e ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras. Participou da campanha política da Aliança Liberal e dos entusiasmos da Revolução de 1930. Participou também da Revolução Constitucionalista, em 1932, e foi preso. Em 1934 é anistiado³².

Longe do Reno: uma resposta à Vianna Moog (1940) já no título diz a que veio: na cidade fictícia Cruzeiro, com o perdão da corruptela, conta a *história de um amor não contrariado pelos preconceitos de raça* e representa os teutos como totalmente assimilados à nação brasileira, inclusive, como portadores de intenso patriotismo com relação à pátria que os acolheu tão gentilmente. O autor, Bayard de Toledo Mércio (Venâncio Aires, 21/02/1916 – 24/09/2001), foi o primeiro Juiz de Direito da Comarca de Novo Hamburgo. Além de advogado, era formado em

²⁹Gertz (1987) afirma que a ascensão nazista na Alemanha, com todo o seu componente nacionalista, teve o poder de reavivar o *Deutschtum* no Sul do Brasil, mas isso não significava uma aceitação da transposição do regime nazista para o Brasil; inclusive a filiação ao Partido Nazista no Brasil foi baixíssima em relação ao total de teutos que viviam no país.

³⁰“As reações muito limitadas e brandas da população frente a essa intervenção brutal em suas instituições e vidas mostram o caráter inimaginavelmente pacífico dessas populações!” (GERTZ, 2005a, p. 49).

³¹“[...] a publicação do romance *Um rio imita o Reno*, teve um sucesso estrondoso, que fez com que o livro tivesse esgotado sua primeira edição em poucos dias e, assim, servisse à causa de “nacionalização”, uma das principais metas do governo de Cordeiro de Farias. O fato de que a Secretaria de Educação tenha adquirido duzentos exemplares para distribuição às bibliotecas escolares do estado demonstra a simpatia que as autoridades tributavam ao livro.” (GERTZ, 2005, p. 116).

³²Para mais informações: Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=112&sid=108>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

Filosofia. Como juiz atuou em diversas Comarcas no Estado. Fundou a Faculdade de Direito de Santo Ângelo, onde foi diretor e professor³³.

Então, o problema de pesquisa estudado no presente trabalho constitui-se em identificar as representações dos imigrantes e descendentes de alemães do Rio Grande do Sul (das colônias do interior do estado), no que tange à sua integração ou não na sociedade brasileira, em meio à Campanha de Nacionalização empreendida durante o Estado Novo (1937-1945), em *Um Rio Imita o Reno* (1938), de Vianna Moog, e em *Longe do Reno* (1940), de Bayard de Toledo Mércio, sob uma perspectiva comparativa. De forma subjacente, pretendemos identificar possíveis motivações dos autores sob o pano de fundo da discussão sobre a influência que os intelectuais podem ter na sociedade.

2.2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A fronteira entre a história e a literatura não separa os dois territórios. Antes, determina o ponto de convergência onde podemos observar a unidade do texto literário. Um momento privilegiado em que as paralelas se cruzam e a ficção ilumina a realidade presente (CHAVES, 1988).

Constantemente, os historiadores pensam e repensam sobre sua tarefa, sobre seus objetos, suas fontes, suas teorias e seus métodos. Diversos momentos marcaram a História enquanto disciplina e em cada um deles se deu ênfase a um determinado tipo de fazer História e a um determinado viés: político, social, econômico, cultural. Do final da década de 1980 até a atualidade, bastante ênfase tem sido dada à História Cultural e seus objetos e métodos vêm se desenvolvendo mais e mais.

Seguindo a perspectiva teórica da História Cultural³⁴ que busca apreender as sensibilidades das épocas do passado através de fontes históricas, digamos, não ortodoxas, pretendemos trabalhar a relação entre História e Literatura. Resguardadas as suas limitações, devido ao fato de as obras literárias não terem um compromisso com a realidade³⁵ histórica, a Literatura possui um inegável caráter

³³Para mais informações: Disponível em: < <http://portal.camaranh.rs.gov.br/noticias/0437/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

³⁴“A proeminência da história cultural priorizou a condição do discurso histórico enquanto criador de significados em relação à capacidade da história em desvelar o real” (GUAZZELLI, 2009, p. 370).

³⁵“A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo [...] Os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a

de testemunha³⁶ da História e o seu uso constitui um acesso privilegiado ao passado (PESAVENTO, 2006). Além disso, a Literatura, com seu caráter lúdico, permite que o trabalho do historiador seja menos árido e, até mesmo, menos árduo.

A literatura [...] constrói-se com as palavras, as ideias, os sentimentos, os temas e as preocupações de sua época, constituindo poderoso registro do mundo que a pariu [...]. A narrativa ficcional em prosa constitui fonte documental essencial, já que expressa, poderosamente, os cenários; a linguagem; as personagens dominantes; as concepções e visões de mundo; as preocupações e preconceitos sociais; etc. da época em que foi produzida (MAESTRI, 2002, p. 41).

A Literatura, apesar de seu componente ficcional³⁷, contribui de forma importante para os estudos históricos. Ela é um retrato (um dos possíveis retratos) do período vivido pela sociedade no momento de sua escrita. O componente emocional das obras literárias normalmente é intenso, até porque ele é feito para conquistar os leitores³⁸, mas se criticamente analisadas, essas obras nos trazem relatos de experiências vividas nos diferentes contextos históricos que são muito relevantes para a compreensão do momento e daquela sociedade. Elas apresentam impressões das experiências do vivido que não podemos reproduzir. A Literatura constrói versões do real e não retrata a própria realidade (assim como a própria História³⁹) e cabe aos historiadores saber retirar dessas obras elementos que possam colaborar com os estudos históricos. “A parte mais apaixonante do trabalho do historiador consiste em levar as coisas silenciosas a se tornarem expressivas.” (FEBVRE apud PROST, 2008, p. 77).

Nos estudos historiográficos uma questão bastante discutida é a sobre as metodologias da História. Alguns historiadores tentaram imprimir à disciplina da História um caráter científico, com um *corpus* teórico e metodológico bem definido.

existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação” (BURKE, 2008, p. 32-33).

³⁶“A literatura é capaz de algo que é comumente negado ao historiador: quando [...] um autor consegue criar ‘vida’ em personagens que estão compostos numa determinada conjuntura e numa sociedade específica, muitas vezes ela – antes mesmo que a história – pode ser mais reveladora daquela verdade buscada” (GUAZZELLI, 2009, p. 371).

³⁷“A ficção, por mais ‘inventada’ que seja a estória, terá sempre, e necessariamente, uma vinculação com o real empírico, vivido, o real da história” (MESQUITA apud MAESTRI, 2002, p. 41).

³⁸Uma questão que também deve ser analisada é a da recepção das obras literárias entre os leitores.

³⁹Importa mencionar a discussão sobre o caráter ficcional imbricado no ofício dos historiadores manifestado na seleção de fontes, questionamento das fontes, na construção dos fatos históricos, etc. A história é uma construção; uma representação do passado e é tão passível de críticas quanto o uso da literatura enquanto fonte histórica.

Porém, a História segundo Prost (2008, p.64) é um “[...] conhecimento através de vestígios[...]”, é um modo de conhecer o passado e métodos científicos (como os da área das ciências exatas) não servem.

A experiência do vivido – objeto da história – não mais pode ser reexperenciada ou reproduzida para ser estudada diretamente: “[...] como todo conhecimento histórico é indireto [...] ela se serve de um método indireto.” (SEIGNOBOS apud PROST, 2008, p. 66).

Diante desse quadro, verificamos uma escassez⁴⁰ de métodos rigorosos formalizados na História e é frequente que emprestemos métodos de outras ciências como a Sociologia, a Economia, a Antropologia, etc., assim como nos apropriamos de conceitos desenvolvidos por essas disciplinas na falta de conceitos próprios. Para Prost (2008, p. 144):

[...] não há método histórico. Existe sim um método crítico que permite estabelecer, com rigor, os fatos para validar as hipóteses do historiador; no entanto, a explicação histórica é exatamente aquela utilizada por qualquer pessoa na conversação cotidiana.

O autor ainda afirma que:

A utilização, em um discurso sobre a história, de termos que remetem a universos intelectuais e práticas completamente diferentes, não deixa de ser motivo de questionamento. [...] não existe regra que possa ser aplicada de uma forma automática e sistemática, que tudo é uma questão de dosagem, tato e compreensão. Sem que deixem de ser – e sejam realmente – rigorosos, servindo-se do léxico da ciência. De fato, a complexidade da história enquanto prática remete à própria complexidade de seu objeto [os homens] (PROST, 2008, p. 135).

Seguimos então algumas orientações e regras que conferem rigidez e confiabilidade ao trabalho historiográfico. A rigidez do método crítico é balizada pela utilização de um “aparato crítico” constituído pela seleção de fontes, pelo questionamento da fonte, pelo recorte e pela exposição das referências. Segundo Prost (2008, p. 64), “[...] o método crítico é o único apropriado à história.”

Acreditamos, então, que para fazer a análise historiográfica de uma obra literária o melhor método a ser utilizado é a análise crítica: o exame intensivo da fonte, com a identificação de detalhes que passariam despercebidos a uma leitura

⁴⁰ [Em História] “[...] nada evoca um verdadeiro método suscetível de ser formalizado.” (PROST; 2008, p. 133).

menos atenta. Foucault apud Chartier (Topoi nº 1, p. 210) afirmam que há que se realizar uma análise sócio-histórica do autor⁴¹, discutindo “[...] as várias funções autorais que textos, que hoje consumimos como literários, tiveram quando foram produzidos[...]” e uma análise crítica da obra, situando-os no seu tempo, contextualizando, reparando no lugar de onde o autor escreveu e identificando suas possíveis motivações⁴², tentando encontrar no texto literário elementos históricos que retratem as mentalidades/sensibilidades da época. “[...] os discursos que concebemos como literatura existem enquanto discursos como resultados de práticas que pressupõem sistemas de representação.” (CHARTIER, Topoi nº 1, p. 209).

Para tanto, utilizamos o conceito de representação⁴³, considerando que os elementos históricos presentes no livro de literatura são uma forma de representação daquele momento e que constituem uma das versões possíveis de retratar a história, pois, segundo Chartier (2002, p.66) “[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo.”

Como já mencionamos, os fatos históricos não podem ser revividos ou reexperenciados para serem estudados e o que resta aos historiadores são vestígios do ocorrido registrados em artefatos, documentos escritos, imagens, entre outros. E o que esses registros nos trazem são representações⁴⁴ permeadas pela subjetividade de quem os construiu e não um retrato fiel e objetivo do que realmente aconteceu. Os fatos históricos ausentes se fazem presentes por meio de representações; as representações apresentam a presença de objetos ausentes:

⁴¹ “[...] Análise sócio-histórica do autor como indivíduo social e as diversas questões que se vinculam a essa perspectiva (por exemplo, a condição econômica dos autores, suas origens sociais, suas posições e trajetórias no mundo social ou no campo literário, etc.)” (FOUCAULT apud CHARTIER, 2000, p. 198).

Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

⁴² “A literatura não está preocupada com a ideologia; ela costuma, aliás, ser uma constante presença, reveladora das filiações dos autores, que expõem suas visões de mundo sem quaisquer compromissos com uma ‘verdade histórica’” (GUAZZELLI, 2009, p. 371).

⁴³ Para mais informações a respeito consultar: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. in: **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

⁴⁴ [Roger Chartier] “Em sua obra, ele nos diz que sua história cultural tem como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. [...] Desta maneira, segundo Chartier, pode-se pensar uma história cultural que “tome por objetivo a compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse”. As representações do mundo social seriam determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (SANTOS, 2011, p. 34).

Nas definições antigas (por exemplo, aquela do *Dictionnaire universel* de Furetière em sua edição de 1727), as entradas da palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.

Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro, sustenta toda a teoria do signo do pensamento clássico (CHARTIER, 2002, p. 74).

Consequentemente, é preciso que o historiador tenha um olhar acurado para identificar não somente os elementos visíveis, explícitos no texto, quanto os implícitos⁴⁵ que podem ser representados através de metáforas, alegorias, signos – dados que são apresentados infratextualmente. A história é um conhecimento através de vestígios e o livro de literatura nos traz nada além de vestígios – marcas de historicidade a serem identificadas pelo historiador. Assim, “[...] para a interpretação dos textos, torna-se indispensável levar em consideração as ‘representações coletivas’ subjacentes a sua construção.” (PROST, 2008, p. 61).

Também, para o estudo aqui proposto interessa saber de que modo interpretamos a formação da identidade étnica do imigrante alemão.

Tomaz Silva afirma que a compreensão da identidade deve levar em consideração sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença [...]. Kathryn Woodward concorda com essa perspectiva, determinando a identidade como uma construção relacional, ou seja, para existir ela depende de algo fora dela, que é outra identidade. Além disso, precisamos considerar que toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos como o que somos para nos distinguir de outras pessoas (SILVA; SILVA, 2009, p. 204).

Seyferth (1994) afirma que a identidade étnica teuto-brasileira surgiu com o contato dos imigrantes com a sociedade brasileira, dentro de um contexto histórico específico, qual seja o da colonização empreendida por iniciativa do Estado brasileiro e não por um propalado enquistamento étnico.

⁴⁵“Se a literatura pode dizer coisas sem que, entretanto, estas coisas estejam expressas em um discurso [...] é porque o conteúdo de verdade em questão, aquilo que ela diz, ela o manifesta à margem do discurso, à margem do enunciado consciente e controlado” (LEENHARDT, 2004, p. 153).

[...] a emergência da identidade étnica nada tem a ver com uma situação de isolamento/enquistamento; ao contrário, ela é decorrência do contato e do próprio processo histórico de colonização, que produziram tanto uma cultura camponesa compartilhada com outros grupos imigrados, como uma cultura especificamente teuto-brasileira (SEYFERTH, 1994, p. 13).

Para a Seyferth (1994, p.14), a elite brasileira idealizou uma colonização com colonos pequenos proprietários que restringiriam sua atuação à colônia, portanto, “[...] é sobre o complexo colonial que a etnicidade teuta vai ser formalizada.” Então, o isolamento, a reduzida relevância política e a luta pela germanidade “[...] tornaram o processo de assimilação à sociedade brasileira bastante lento, embora irreversível.”(SEYFERTH, 1994, p. 15).

[...] quando os primeiros imigrantes chegaram ao estado, no século XIX, encontraram aqui pessoas que denominaram de “brasileiros”, em oposição a eles, que eram denominados “alemães”. Essas denominações foram internalizadas e se perpetuaram. A população descendente dos grupos anteriores à imigração continuou sendo chamada de “brasileiros”, e os descendentes de alemães, mesmo nascidos no Brasil, se auto-identificavam e eram identificados pelos outros como “alemães” (GERTZ, 2005b, p. 166).

Quando os imigrantes vieram para o Brasil, em 1824, a Alemanha enquanto Estado Nacional unificado ainda não existia. O que havia era uma confederação com diversos estados, e não se pode afirmar que existia uma identidade alemã. Para o Brasil vieram imigrantes de diferentes estados da Confederação Germânica, com costumes diversos. Ao chegarem aqui se defrontaram com a sociedade brasileira e acabaram se agrupando como uma comunidade étnica germânica porque mesmo que possuíssem costumes diversos, estes eram mais semelhantes entre si do que com os dos brasileiros. E é assim que a identidade dos imigrantes vai sendo forjada: através do contato com a alteridade. E a identidade que se forma é *teuto-brasileira*, e não “alemã”, pois ao longo de sua permanência no Brasil, seus hábitos e costumes vão se transformando⁴⁶ e formando uma identidade nem alemã e nem brasileira, mas uma identidade híbrida, teuto-brasileira.

Cabe ainda salientar que as obras literárias aqui estudadas serão analisadas por uma perspectiva comparativa, pois, apesar de contemporâneas, elas apresentam visões diferentes sobre a mesma temática, qual seja, a representação

⁴⁶Exemplo disso é a língua alemã que aos poucos foi se transformando num dialeto, no sul do Brasil, diferente do idioma original, a ponto de novos alemães aqui chegados não compreenderem o que os teuto-brasileiros falavam (claro, após muitos anos do início da imigração).

dos imigrantes e descendentes de alemães que colonizaram a região sul do país, particularmente, enquanto vigorava no Estado uma ferrenha Campanha de Nacionalização.

3 “PARDAIS OU PÁSSAROS DE CANTO?”: OS TEUTOS POR VIANNA MOOG

3.1 UM TEUTO-BRASILEIRO CONTRA A COMUNIDADE GERMÂNICA

Clodomir Vianna Moog nasceu em 28 de outubro de 1906, em São Leopoldo/RS, filho de teuto-brasileiro protestante com uma luso-brasileira católica (FISCHER, 2011). Órfão de mãe, aos oito anos, estuda em regime de internato em escola católica até os onze, quando inicia os estudos secundários em Porto Alegre. No início dos anos 1920 vai ao Rio de Janeiro tentar o ingresso na Escola Militar do Realengo, sem sucesso. Retorna a Porto Alegre e ingressa na Faculdade de Direito, em 1925; tempo depois presta [...] concurso para a carreira de fiscal do imposto do consumo, [e conquista] uma importante e bem remunerada posição na burocracia federal.” (FISCHER, 2011, p. 7).

Vianna Moog, ensaísta e romancista, foi ocupante da cadeira número 4 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1945, em lugar de Alcydes Maia. Além de intelectual e funcionário público, teve uma atuação política, participando da Revolução de 1930, ao lado de Getúlio Vargas e, mais tarde, da Revolução Constitucionalista de 1932, agora contra⁴⁷ o aliado de outrora, motivo pelo qual foi preso e depois mandado em exílio para viver em Manaus. Moog ainda seria transferido várias vezes, tendo passado pelo Piauí, transferido, novamente, para o interior do Amazonas; vai, posteriormente, para Minas Gerais e depois retorna para o interior do Rio Grande do Sul. Mais tarde, se estabelecerá no Rio de Janeiro e todas essas vivências irão lhe conferir grande conhecimento sobre o país e servirão de substrato para o seu trabalho de escritor.

Nos seus escritos esteve, frequentemente, presente o tema do combate à idéia de pureza racial e a defesa da mestiçagem, sendo o autor experiente em matéria de “encontros entre matrizes culturais diversas”, desde sua casa. Essa

⁴⁷ “[...] a política tem caprichos insondáveis, e ocorreu que Moog desligou-se de Getúlio, passando a escrever alguns artigos pela democracia, pela volta das eleições, numa linha de argumentação muito próxima das posições dos paulistas que [...] em 32 foram às armas para tentar depor o presidente e estabelecer eleições” (FISCHER, 2011, p. 17-18).

temática é o mote de seu primeiro romance, *Um Rio Imita o Reno*, escrito em 1938, que Fischer (2011) qualifica como um romance sobre o racismo, sobre a eugenia:

[...] o cenário era de ditaduras, regimes fortes e, na Europa, racistas. Moog, um temperamento liberal [...] saiu a campo: escreveu e publicou um romance de nenhuma inocência política e ideológica, orientado não para acusar ninguém, mas para expor com coragem os dilemas da integração das populações imigrantes ao contexto brasileiro (FISCHER, 2011, p. 19).

Temos então uma obra escrita por um descendente de alemães⁴⁸ que denuncia a não integração dessa comunidade na sociedade brasileira, concomitantemente aos prenúncios de guerra na Europa e ao início de uma Campanha de Nacionalização no Brasil. Essa obra vinha ao encontro do que os governos federal e estadual pensavam a respeito das comunidades de origem alemã e o romance serviu como um libelo pela Nacionalização, tanto que a própria Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul adquiriu grande número de exemplares e os distribuiu nas escolas públicas. O livro foi um sucesso⁴⁹ editorial, vendendo cinco mil exemplares em menos de um mês e, nas palavras do próprio autor, o seu livro “Apareceu na hora certa, nem antes, nem depois”, pois:

[...] em fins de 1938 e começos de 1939 os tempos estavam mais do que maduros para o assunto do meu primeiro romance; a história de um amor contrariado por preconceitos de raça. E não só estavam maduros para esse tipo de enredo, como também para a denúncia dos perigos que nos rondavam em consequência dos sentimentos e ressentimentos que a quinta coluna, então muito ativa no Brasil, fomentava em nosso meio. Desde que os perigos andavam no ar, evidentes como fraturas expostas, era a bem dizer inevitável que a consciência nacional, de repente despertada para a realidade que nos ameaçava e que nossos governos nunca trataram a sério de combater ou erradicar, acabasse por oferecer ao livro muito boa acústica (MOOG, 1966).

O trecho acima foi retirado do prefácio intitulado “*Breve História de um Romance*”, escrito por Vianna Moog, para a edição de 1966 de seu livro *Um Rio Imita o Reno*. E esse prefácio nos traz elementos de suma importância para

⁴⁸“Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina havia dentro e fora do governo ‘nativistas’. [...] muitas vezes, teutos ‘convertidos’ apareciam como os ‘nativistas’ mais fervorosos. [...] fato simbólico, neste sentido, é o citado romance *Um rio imita o Reno*, escrito por um autor de nome Clodomir Vianna *Moog*” (GERTZ, 1987, p. 55).

⁴⁹O livro teve várias edições publicadas, sendo traduzido para o espanhol e para o inglês (a edição utilizada nesse trabalho, a de 1966, já era a 8ª edição). Foi sondado pela *Paramount Pictures* para se transformar em filme, o que acabou não acontecendo. Também, foi convertido em novela radiofônica. Cabe salientar que a boa recepção de uma obra literária pelo público é um dado que pode denunciar o espírito do tempo, por assim dizer; pode transmitir um retrato do que a sociedade pensava à época da publicação, o que auxilia o historiador na reconstrução do momento por ele estudado.

compreendermos o romance. Nele o autor é transparente ao demonstrar seu posicionamento diante do contexto histórico que vivia e nos ajuda a compreender o que o motivou a escrever o livro: ele acreditava na existência de um “perigo alemão” a rondar o Brasil e se inspirou em personagens da vida real que serviram de modelo aos da ficção.

Para se utilizar uma obra literária como fonte histórica, importa sobremaneira que identifiquemos quem foi o seu autor, que lugar ele ocupava na sociedade, e quais foram as suas possíveis motivações ao escrever sua obra e com as breves páginas desse prefácio, essa tarefa nos foi facilitada. Devemos ter esse cuidado analítico/crítico, pois sempre há que se ter em mente que a história que o livro de literatura – usado como fonte histórica – nos traz é uma representação, é uma visão sobre a história, impregnada de conceitos e preconceitos próprios do autor e não um reflexo da realidade.

Nesse prefácio, o autor revela ser “amigo” do Marechal Cordeiro de Farias⁵⁰, o interventor do Rio Grande do Sul que foi feroz na condução da Campanha da Nacionalização no Estado. Também, Vianna Moog inclui nele trechos de críticas favoráveis ao seu livro, entre elas uma escrita por J. P. Coelho de Souza, Secretário da Educação do RS, outra figura importante na referida campanha; e uma crítica também favorável de Moysés Vellinho que, segundo informa Gertz (1994a, p.18), era “[...] um dos representantes mais típicos dos intelectuais defensores da tradição e do caráter lusitano do Rio Grande do Sul.”

Diante dos nomes mencionados, identificamos o círculo social, cultural e político no qual o autor estava inserido, ou seja, revelam sua identificação com o governo e com a Campanha de Nacionalização. Derradeiramente, o que para nós só corrobora a filiação de Vianna Moog ao lado do governo e reflete o componente político-ideológico imbricado na produção do livro, Vianna Moog menciona uma única crítica negativa à sua obra (que a considera medíocre) feita por ninguém mais ninguém menos que Carlos Lacerda, personagem que a História atual considera “inimigo número um” de Getúlio Vargas.

⁵⁰ “[...] a confidência de meu amigo Marechal Cordeiro de Farias, atribuindo a Um Rio Imita o Reno o poder de convencê-lo a promover com Coelho de Souza a nacionalização do ensino no Sul do Brasil” (MOOG, 1966).

Destarte, interessa a esse trabalho salientar, conforme afirma Ana Maria R. Marson (2009, p. 58) em sua Dissertação de Mestrado, que Vianna Moog praticava o subgênero literário chamado romance de tese:

Vianna Moog pratica em literatura um realismo social, aquele que se preocupa com a denúncia social, com o debate sobre a realidade contemporânea à obra. A forma escolhida pelo autor para trabalhar tal tema foi o romance de tese, que, nas palavras de Massaud Moisés, é o 'Romance em que, na discussão de questões sociais, políticas ou religiosas, se defende uma tese oriunda das Ciências, da Filosofia ou da Teologia.'

Segundo Marson (2009, p.12), “[...] para Vianna Moog todo escritor é um produto de seu contexto histórico e social[...]” e isso pode ser verificado em sua obra, pois tanto na escolha dos temas quanto na composição de cenários e personagens “[...] há convergência⁵¹ entre a vida e a obra de Vianna Moog” (2009, p. 13). Num romance de tese, o autor utiliza as personagens para falar através delas e apresentar discussões⁵² que são importantes para ele e Vianna Moog faz isso em *Um Rio Imita o Reno*, tanto que a parte ficcional do livro fica como que em segundo plano, em detrimento das diversas teses que apresenta na história. Vianna Moog considera importante:

[...] desenvolver teses, apresentar idéias em seus romances, baseadas na observação do mundo real, acreditando que é pela arte que se faz a mudança, ou que se implementam numa sociedade novas visões de mundo e, portanto, novos comportamentos (MARSON, 2009, p.34).

Assim, é do ponto de vista de um autor “[...] partidário da doutrinação, do fim social da obra de arte[...]” que devemos analisar sua obra e a versão da História que ele nos traz (MARSON, 2009, p. 25).

⁵¹Vide a cidade fictícia do romance que será aqui analisado, Blumental, ser provavelmente a São Leopoldo onde o autor nasceu.

⁵²Por exemplo, em *Um Rio Imita o Reno*, no capítulo 7, há uma cena, que ocupa várias páginas e envolve vários personagens da trama, na qual o separatismo do Rio Grande do Sul e sua crença numa superioridade frente aos nordestinos (e na crença em uma suposta superioridade do elemento germânico também) são bastante discutidos e combatidos pelos personagens de Geraldo Torres e Armando Seixas. Pude depreender que essa discussão esteve presente no livro porque condenando a questão do separatismo gaúcho, o autor reforça sua tese e seu posicionamento de emulação da integração nacional e apoio à política de nacionalização.

3.2 UM RIO IMITA O RENO

Por cima da cabeça de Geraldo, grasnam os pardais. Fazem um ruído ensurdecedor. Aquilo não é canto: é um matraquear infernal. Debalde procura Geraldo distinguir naquele coro de vozes um som diferente, uma melodia, um chilreio, um pipio de outro pássaro. Dir-se-ia que os pardais só queriam atordoar, apossar-se do ninho dos outros, e que o seu lema era este: abaixo os diferentes! E um novo pensamento assaltou-lhe o espírito. Quando os pardais chegam em bando, os pássaros de canto têm de emigrar. Refugiam-se nos bosques: o canário, o bem-te-vi, o sabiá, o pintassilgo, a cotovia, os artistas da selva, não podem cantar onde há pardais. E os pardais gostam da publicidade, da praça pública. Gritam para se fazer notados. Que pretenderão os pardais? – pergunta Geraldo a si mesmo. Que destino terão dentro da natureza? Olhava nesse instante para um pequeno busto de pedra, noutra recanto da praça. Estava coberto de excrementos de pardais. Então concluiu consigo mesmo, tendo nos lábios a expressão de um sorriso interior: talvez o destino dos pardais seja fazer porcaria nas estátuas⁵³ (MOOG, 1966, p. 24-25).

A história que Vianna Moog nos conta se passa no período de aproximadamente um ano, supostamente iniciando no verão de 1937⁵⁴ e terminando na primavera do mesmo ano. São vinte e quatro capítulos que nos contam a história de *Geraldo Torres*, um engenheiro amazonense⁵⁵ que acaba de chegar à cidade fictícia de *Blumental*, na zona colonial alemã no Rio Grande do Sul, para construir uma “Hidráulica⁵⁶” no local (por conta da falta de saneamento, o tifo e diversas outras doenças grassavam na localidade). *Geraldo*, filho de um nordestino com uma índia nheegaíba, chega ao *Hotel Centenário* e é recepcionado por um moço ruivo que fala alemão. Após se instalar, recebe a visita do promotor e do secretário da Prefeitura que vêm lhe dar as boas vindas e convidá-lo a conhecer a cidade.

No passeio, *Geraldo* vislumbra a arquitetura local, majoritariamente de estilo germânico; vê placas e letreiros comerciais escritos em alemão e pessoas sentadas na frente das casas conversando, também, em alemão e é prevenido pelo promotor

⁵³Pensa Geraldo ao ver um pelotão uniformizado que marcha pelo centro de Blumental, empunhando uma bandeira com a cruz suástica e entoando gritos de ordem: “- *Heil, Hitler!*”.

⁵⁴O autor não fornece essa informação, mas de acordo com os acontecimentos históricos que a trama tem como pano de fundo, como a renúncia de Flores da Cunha que aconteceu em outubro de 1937, podemos afirmar que o ano em que a história se passa é 1937. Tendo o livro sido escrito em 1938.

⁵⁵“Nessa cidade é que chega um engenheiro sanitarista chamado Geraldo Torres, amazonense, atipicamente leitor de Goethe e admirador de Nietzsche. Personagem que carrega muito da experiência do próprio autor em sua temporada nortista, ele traz a técnica da construção de represas, uma modernização importante, que poderia livrar a população de doenças como o tifo – modernização por assim dizer paradoxal, vindo de um caboclo, tido pelos eugenistas como figura menos propensa ao desenvolvimento, para a sociedade germânica, tida e louvada como a própria encarnação da ciência” (FISCHER, 2011, p. 21).

⁵⁶Entendemos que a obra que Geraldo Torres deveria construir é mais uma barragem do que algo de maior porte, mas optamos por usar o termo que Vianna Moog utiliza no romance – “Hidráulica”.

“– Ah, filho, aqui é assim. Quem não souber falar alemão come do duro” (MOOG, 1966, p. 10). *Geraldo* tenta, em vão, ocultar a surpresa e a contrariedade diante do que via. No entanto, é nesse passeio que ele escuta um som de piano que o deixa encantado, vindo de uma casa majestosa: era *Lore Wolff* – teuto-brasileira filha de uma das famílias mais abastadas da cidade, proprietária de curtumes e fábricas de sandálias – quem tocava e por quem ele viria a se apaixonar.

Geraldo, após observar a cidade e as pessoas, sentia como se tivesse cruzado os oceanos e estivesse longe da pátria; e sentiu saudades do “Brasil”:

Em vão procurava dentro de si reminiscências onde ajustar aquela paisagem. Percorreu mentalmente as cidades que conhecia. Todas elas guardavam entre si um ar de família. [...] mas o que tinha diante dos olhos era diferente. [...] Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana (MOOG, 1966, p. 15).

Após algum tempo, com o início das obras da “Hidráulica” e com a companhia de um novo amigo, *Armando Seixas*, fiscal do imposto de consumo⁵⁷, *Geraldo* começa a se acostumar com a cidade e a fazer algumas amizades. Com o passar do tempo, também, e com os vários momentos em que ele passa pela casa de *Lore* e ouve sua música ele acaba se apaixonando por ela.

Somente quando um famoso violinista brasileiro chega a *Blumental* para fazer um concerto, *Raul Machado*, a quem *Geraldo* muito admirava, este tem a oportunidade de se aproximar de *Lore* pela primeira vez. O violinista precisava de alguém que lhe acompanhasse ao piano, em sua apresentação, e *Geraldo* sugere que *Lore* o faça. Para tanto, *Geraldo* e *Raul Machado* vão à casa dos *Wolff*. É nesse momento que somos apresentados não só a *Lore*, mas a *Frau Marta*, sua mãe, uma típica matrona de origem alemã, orgulhosa de sua “raça” germânica, que comandava a família com “mãos de ferro” e possuía “tremendos e invencíveis preconceitos de raça” (MOOG, 1966, p. 138). Nesse momento, *Geraldo* percebe que seu sentimento por *Lore* é correspondido e ele é acometido por grande felicidade. “Uma felicidade de bugre enamorado de deusa branca.” (MOOG, 1966, p. 45).

⁵⁷ Armando Seixas, como o próprio Vianna Moog, é fiscal do imposto de consumo, o que mais uma vez nos sugere que o autor se inspira em suas vivências para escrever suas histórias: “[...] depois que conseguira boa classificação num concurso que lhe trouxe a nomeação de fiscal de consumo, [Armando] vivia agora malbaratando o tempo em tentativas de artigos, novelas e ensaios que acabavam sempre na vala comum do cesto de papéis” (MOOG, 1966, p. 17).

Após o concerto, momento em que *Geraldo* e *Lore* têm a possibilidade de se aproximar, começa o namoro. E é após o baile de Páscoa, no qual eles dançam por toda a noite que a família dela fica sabendo sobre o relacionamento e a proíbe de continuar porque *Geraldo*, na visão deles, era um negro; e uma moça de raça ariana não podia se casar com um negro.

Diante da resistência da filha em romper com o engenheiro, *Frau Marta* compele seu marido, *Herr Wolff*, a solicitar ao prefeito que suspendesse as obras da “Hidráulica” e mandasse *Geraldo* embora em troca de seu apoio político. E foi o que se fez: *Geraldo*, subitamente, recebe um telegrama de sua Companhia orientando que suspendesse as obras e se retirasse de *Blumental*. Imediatamente, ele se dá conta do que havia acontecido e, muito amargurado, obedece às ordens da Companhia, apronta as malas e parte: “Sim, iria embora daquela terra que não o aceitara [pensava *Geraldo*], apesar de todas as suas intenções cordiais, daquela cidade onde ele se sentia como um estrangeiro.” (MOOG, 1966, p. 153).

Com a obra da “Hidráulica” inacabada, as doenças seguem afetando a população e, por ironia do destino, *Lore* é acometida pelo tifo. Fica extremamente doente e em seus delírios de febre chama pelo nome de *Geraldo*; sua família fica dividida entre a culpa por ter mandado o engenheiro embora e a convicção de que haviam feito o certo evitando que *Lore* se casasse com um caboclo. O *Dr. Stahl*, médico da cidade, alemão que veio como exilado político para *Blumental*, trata de *Lore* e recrimina *Frau Marta* pelo que fez: além da doença adquirida pela não conclusão da obra, *Lore* estava emocionalmente vulnerável por ter perdido *Geraldo*, e isso ocasionou a gravidade de seu quadro clínico.

Enquanto a casa dos *Wolff* vivia dias sombrios, por conta da doença de *Lore*, recebem uma carta avisando que um primo, *Dr. Otto*, médico que vivia na Alemanha, viria visitá-los. Sem saberem muitos detalhes sobre os motivos da visita, *Karl Wolff*, irmão de *Lore*, que se diz ser um nacional-socialista, imagina que o primo esteja vindo a mando do Partido Nazista e trazendo alguma missão. No entanto, o motivo da vinda do primo é bem outra: ele havia feito parte do Partido sim, até o momento em que descobrem que um antepassado da família *Wolff* tinha sangue judeu.

A notícia “cai como uma bomba” para os *Wolff*, *Frau Marta* não acredita no que ouve. *Otto* conta que passou a ser destrutado por conta do seu sangue judeu e

decide⁵⁸ vir embora da Alemanha; além disso, relata o horror que a Alemanha estava vivendo sob o regime nazista: “A realidade cotidiana é negra: os campos de concentração [...] aperturas de toda a sorte, perseguições, barbaridades, banimentos, assassínios [...]” (MOOG, 1966, p. 182). Com essas informações, tudo o que os *Wolff* pensavam sobre si próprios e sobre o regime de Hitler, a quem admiravam e consideravam “o maior homem da Alemanha”, se desfaz.

Com a visita de *Otto*, os *Wolff* “[...] esperavam um soldado de Hitler, um emissário do *Führer* e lá estava um inimigo do regime.” (MOOG, 1966, p. 182). Uma tristeza se abate sobre a casa dos *Wolff*, que já estava inconsolável por conta da doença de *Lore*. Como última atitude de orgulho, *Herr Wolf* implora para que o primo *Otto* não conte a ninguém sobre seu sangue judeu. *Frau Marta* perde todo o seu vigor; sentira “[...] aquele golpe no peito. Algo se tinha desmoronado dentro dela[...].” (MOOG, 1966, p. 184).

Chega a primavera; *Lore* estava curada mas a família *Wolff* não era mais a mesma, depois das revelações de primo *Otto*. *Lore* continuava amando *Geraldo*, mas não tinha mais perspectivas de revê-lo, depois de tudo o que sua família fizera a ele. *Alzirinha*, a melhor amiga de *Lore*, tenta convencê-la a escrever a *Geraldo*, mas ela prefere não o fazer. *Geraldo*, por seu turno, agora no Rio de Janeiro, também continuava amando *Lore*, mas não cedeu aos apelos do amigo *Armando* para ir buscá-la em *Blumental*.

E tem-se o final não feliz dessa história de amor que fora impedida de se concretizar por preconceitos raciais: *Lore* permanece em *Blumental* e *Geraldo* tem planos de ir para o Mato Grosso e seguir com a sua profissão de engenheiro sanitaria. *Frau Marta* segue alquebrada, com seus ímpetos de orgulho racial combalidos, tanto que, na cena final do romance, ela permite que seu neto, *Paulinho*, fique brincando com os “mulatinhos” do vizinho na rua, algo que ele era proibido de fazer, anteriormente, enquanto os *Wolff* acreditavam na sua superioridade racial. E com esse final, o romance encerra com perspectivas de um futuro uno, racialmente, como desejava a Campanha de Nacionalização:

- Deixe o menino brincar[...] Deixe o menino fazer o que quiser. – Era como se cada palavra pronunciada correspondesse a um dilaceramento interior. – Deixa que ele se crie de acordo com os seus instintos[...] Com a sua natureza.

⁵⁸Neste momento a Segunda Guerra ainda não havia começado.

Rompera-se a grande represa. Frau Marta chorava. (MOOG, 1966, p. 215-216).

O romance aqui analisado é muito rico e complexo e a necessidade que temos de fazer um recorte nos obriga a não mencionar diversos elementos. Então, destacaremos algumas personagens e algumas circunstâncias apresentadas no livro que interessam à temática abordada nesse estudo, no caso, a representação dos descendentes de alemães como racistas e não integrados à sociedade brasileira.

Para o que aqui nos interessa, consideramos serem dois personagens da trama os mais importantes: *Frau Marta* e *Karl Wolf*, respectivamente, mãe e irmão da protagonista *Lore*. Ambos refletem o orgulho racial germânico e a suposta não integração da comunidade de origem alemã na sociedade brasileira. Também importante, na antítese a esses dois personagens, está o personagem conhecido como *velho Cordeiro*, um “brasileiro” que tem ódio aos alemães e é militante pela nacionalização da colônia.

Frau Marta é apresentada como uma mulher intolerante, de comportamento sisudo. Quando ela falava, sua voz era “imperativa, implacável, cortante, metálica”, como se estivesse sempre dando ordens⁵⁹. Ela mantinha a casa impecavelmente em ordem e controlava a vida de toda a família; “o seu andar parecia o de um bispo sob o pálio” e ela, como autêntica germânica, tinha horror ao sentimentalismo⁶⁰. Falava-se que tinha sangue *Mucker*⁶¹, algo que ela negava: “nunca perdoara os que haviam incluído o nome dos seus antepassados na lista dos *Muckers*” (MOOG, 1966, p. 89).

Frau Marta se orgulhava de sua “raça” germânica e de ter casado com um filho de alemães autênticos. Acreditava na superioridade racial ariana, era fiel admiradora de Hitler e da prosperidade que, considerava, ele havia conferido à Alemanha: a casa dos *Wolff* ostentava um retrato do *Führer* na parede. *Marta* tinha

⁵⁹“[...] sentenciou Frau Marta, com a sua voz gutural e cortante. Até as coisas triviais e inconstantes ela dizia com uma ênfase de comando” (MOOG, 1966, p. 87).

⁶⁰“Frau Marta, essa conseguia controlar as emoções. No seu código íntimo havia regras nítidas e indiscutíveis no que dizia respeito à exibição de sentimentalismo. Amava a filha dum modo exclusivo [...]”. Fora, porém, educada num ambiente em que todas as manifestações derramadas de sentimentos íntimos eram tidas não somente como ridículas senão também como absolutamente inúteis.” (MOOG, 1966, p. 172).

⁶¹“Numa dessas construções ficcionais que o bom escritor sabe tramar com a matéria bruta da história, a mãe de Lore simultaneamente é racista, considerando-se superior, e descende diretamente de um *mucker*, portanto um fanatizado, um irracional (FISCHER, 2011, p. 21-22).

ódio aos judeus⁶² e aos negros⁶³; aliás, considerava negros todos os “brasileiros” mestiços; eles faziam parte de uma “raça” inferior a quem sua família não poderia se misturar: para ela, “no Brasil, todos eram doentes”. E esse ódio a motivou a impedir o namoro entre *Lore* e *Geraldo*:

Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho se sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã. A raça nada tinha a ver com o lugar do nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, um negro. Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. Lore havia de casar com um filho de alemão, se possível com um alemão[...] Protestante casar com católico ainda tolerava. Mas uma alemã com um negro?[...] era demais. Um afronta ao espírito de raça. (MOOG, 1966, p. 88-89).

No dia seguinte ao baile de Páscoa, *Frau Marta*, que já havia sido informada que *Lore* dançara toda a noite com *Geraldo*, afirma categoricamente à filha:

- Pois bem. Fica entendido. Não admito esse namoro. É preciso que saibas desde já, se não queres inferno dentro de casa... Vamos cortar isso pela raiz. – Frau Marta fazia um supremo esforço para conter o turbilhão de coisas que queria dizer.
- Não suporto a idéia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava (MOOG, 1966, p. 88).

Como já foi afirmado anteriormente, diante da resistência da filha em deixar *Geraldo*, *Frau Marta* faz com que o engenheiro seja mandado embora. Assim, além de causar grande tristeza à própria filha, coloca toda a cidade à mercê de doenças que poderiam ser evitadas com a construção da “Hidráulica”. Mesmo diante da doença de *Lore*, ela não se arrepende do que fez: “Não me arrependo de tê-la afastado do índio [pensava *Frau Marta*]. Preferia vê-la morta.” (MOOG, 1966, p. 178). E tudo em nome de sua crença na superioridade racial ariana. Crença essa que somente seria abalada com as revelações de que seu marido, *Herr Wolff*, tinha sangue judeu:

Primo Otto chegara como um cataclisma que tudo destrói, transforma e subverte. A revelação de que os Wolff tinham sangue judeu deixara Frau

⁶²Seu ódio era tanto, que ela queria queimar uns livros que tinha em casa, só porque o autor era judeu e só não o fez porque Lore não deixou (MOOG, 1966, p. 41-42). “Eu, se pudesse, mandava enforcar todos os judeus” [diz Frau Marta]; (*Ibidem*, p. 106).

⁶³“[...] na Alemanha não há negros – contraponteu Frau Marta. – O Dr. vai querer nos convencer que um negro é igual a um branco?” (MOOG, 1966, p. 103).

Marta de tal modo abalada que ela parecia ter envelhecido muitos anos naqueles poucos dias. Já não mantinha a mesma rigidez dos velhos tempos. Andava taciturna, perdera o ar autoritário, a postura orgulhosa, já não gostava de dar ordens com voz de comando. Frequentava ainda mais a igreja e, quanto à Alemanha, ao arianismo e à pureza racial, ninguém lhe ouvira mais nenhuma palavra (MOOG, 1966, p. 188).

De forma bastante irônica, Vianna Moog, através da derrocada de *Frau Marta*, nos passa a sua mensagem sobre a falácia da superioridade racial. Enfim, sustenta a sua tese de que o elemento germânico necessitava ser integrado porque era composto por pessoas como *Marta*, supostamente fiel à Alemanha e não ao Brasil.

Já a imagem que se tem de *Karl Wolff* é a de um sujeito rude, grosseiro com todos, inclusive com a esposa e com o filho, *Paulinho*, a quem *Karl* certa vez esbofeteara por conta de a criança estar brincando na rua com os “mulatinhos” da vizinhança. Quando *Geraldo* é apresentado a *Karl*, é assim que ele o descreve: “Geraldo examina de soslaio o irmão de Lore. Nada parecido com ela. É a cara de Frau Marta. [...] Os movimentos de Karl são bruscos, ginásticos, angulosos. [...] O olhar de Karl é duro, arrogante, visionário, fanático.” (MOOG, 1966, p. 61). E na visão de *Lore*: “Quanto ao Karl, nesse nem era bom falar. Um bruto, com seus ares de superioridade, a querer mandá-la, a querer fazer tudo melhor que os outros.” (MOOG, 1966, p. 80).

E o próprio *Karl*, num momento de auto-reflexão, constata que ele era um bruto e que nada mudaria isso, o que transparece ao leitor que a imagem negativa do alemão, construída por Moog, é mais do que uma imagem; é característica inata ao povo alemão:

[...] era brusco e rude para com toda gente – o pai, os empregados, os amigos, a sua própria mulher [pensava Karl]. Só ele sabia os esforços que já fizera para não ser assim, para tratar os outros com delicadeza. Mas nunca acertara em ser agradável. Era uma impossibilidade física, congênita, mais forte que ele. Via que só conseguia magoar, mesmo quando sua intenção era agradar. Como é que os outros podiam ser naturalmente amáveis? (MOOG, 1966, p. 176).

Karl se dizia nacional-socialista; ouvia as rádios de Berlim, admirava Hitler e exaltava as grandes benfeitorias que considerava que ele tinha feito à Alemanha:

Felizmente na Alemanha velava um homem forte, batalhando em várias frentes e tendo atrás de si uma nação invencível. Um homem extraordinário que de simples pintor de paredes, de simples soldado na Grande Guerra se transformara, pelo próprio gênio, no maior dos alemães. No princípio não

simpatizara muito com Hitler. Combatia os nobres e os ricos e não tinha se conduzido lá muito bem com Hindenburg. Mas depois foi obrigado a reconhecer que o mundo nunca conhecera um político como aquele. Maior que Frederico II, maior do que Bismarck! Salvava a Europa do comunismo, abaixava a proa da Inglaterra e livrava a Alemanha dos judeus, esses traidores. Além disso, reduzia o Tratado de Versalhes, essa vergonha, a um farrapo de papel (MOOG, 1966, p. 64).

E quando recebe a notícia da visita de primo *Otto*, logo se entusiasma e começa a especular sobre os motivos que levavam o visitante a *Blumental*:

E se primo *Otto* trouxesse uma missão do governo alemão? Sim, era bem possível. Havia colônias alemãs em todo o sul do Brasil. Era preciso organizá-las, levar para a Grande Pátria documentos que dessem ao Führer uma idéia das possibilidades da colônia. Primo *Otto*[...] missão secreta[...] Havia de lhe contar coisas, dar-lhe informações preciosas. [...] era mesmo tempo de dar organização à colônia alemã em torno dos novos princípios (MOOG, 1966, p. 174 -175).

Karl não se interessava pela política brasileira, tal qual uma ideia muito difundida na época da nacionalização que acusava a comunidade germânica de não se interessar pela realidade política brasileira. Esse suposto abstencionismo político era considerado prova da não integração da comunidade teuta:

[...] em que é que podia interessar-lhe aquela conversa sobre política nacional, a ele que vivia de olhos voltados para os problemas europeus? Se falassem em coisas do Velho Mundo, ainda podia dar sua opinião. [...] *Karl Wolff* procurava interessar-se, mas não conseguia. Um Brasil do Amazonas ao Chuí, limitando ao Norte com o Mampituba ou com o Oiapoque era-lhe indiferente (MOOG, 1966, p. 64-65).

Segundo Gertz (1987, p. 31), é verdade que alguns elementos mais radicais na defesa do germanismo apregoavam “[...] a opinião de que seu grupo étnico deveria manter distância em relação à política brasileira [...]”, mas isso não pode ser interpretado como a posição de toda a comunidade. Pelo contrário, Gertz (1987) considera que a participação política das comunidades germânicas era “normal” e proporcional à participação da parcela mais tradicional do estado (da região da campanha), de acordo com as condições do sistema eleitoral da época que eram bastante restritivas.

E mais, *Karl* considerava que a “[...] riqueza do Sul do Brasil era produto exclusivo do trabalho alemão [...]”, que o aparecimento de indústrias se devia aos alemães e que sem eles, o Brasil não teria se desenvolvido. (MOOG, 1966, p.67).

Extremamente racista, *Karl* considerava que a repulsa que sentia por negros era inata aos alemães, que faziam parte de uma “raça” superior. Para ele, os mestiços eram “[...] fracos, tarados, revoltosos, inadaptáveis e criminosos.” (MOOG, 1966, p. 104). E foi ele quem mais apoiou a mãe, *Frau Marta*, na iniciativa de mandar *Geraldo* embora de *Blumental*. Enquanto *Frau Marta* proibia *Lore* de ver o engenheiro e esta resistia, ele emite o seguinte comentário: “Que gosto! – intervém *Karl*. – Já se viu para o que deu minha irmã? [...]. Querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca [...]” (MOOG, 1966, p. 91).

Karl defende a mãe, pois:

Ela nada mais fizera senão preservar um lar da contaminação do sangue negróide. [...] Acima da dor dos indivíduos, do perigo das guerras, estava o império alemão, a raça alemã! As pessoas, as famílias passavam, mas a raça e a nação eram eternas (MOOG, 1966, p. 176-177).

Depois das informações trazidas pelo primo *Otto*, a respeito de sua família possuir sangue judeu, assim como a mãe, *Karl* fica destroçado: “*Karl* andava irritadiço e descarregava sua irritação na mulher e no filho. Seu ódio aos judeus paradoxalmente recrudescera. Falara em mudar de nome.” (MOOG, 1966, p. 189).

Outra personagem que reputamos de grande importância é o *velho Cordeiro* que, segundo Moog (1966), “tem raiva de alemão que se péla⁶⁴” e que pelo posicionamento e pelo próprio nome faz alusão ao interventor do Rio Grande do Sul, Oswaldo Cordeiro de Farias [de quem Vianna Moog declarava-se “amigo”, como já comentamos anteriormente]; o que vem a corroborar a mensagem que o autor deseja passar com o seu livro: a bandeira da nacionalização.

Quando [o velho Cordeiro] chegou a Blumental, como notário, Blumental era uma verdadeira Alemanha. Só se falava alemão, os próprios editais da Prefeitura eram escritos em alemão. Filho de fazendeiro, acostumado no campo, no lombo do cavalo, estranhou o meio. A alemoada andava muito encelada... Ele que não é trigo limpo, começou a aplicar o facão... um dia abotoou um sujeito que lhe respondeu o cumprimento em alemão... outra vez deu uma bofetada no pastor protestante... Era uma história de lutas, de conflitos, de desagavos, de mal-entendidos, de pequenos casos (MOOG, 1966, p. 31-32).

⁶⁴ Assim como há o personagem chamado de Treptow, que odeia os brasileiros e vê em todos eles inimigos.

E é quando em *Blumental* acontece um comício, devido à visita de um deputado, *Dr Eumolpo Peçanha*, que o autor nos apresenta a tese da nacionalização de forma bastante explícita, através do personagem *velho Cordeiro*. No comício, o prefeito e o promotor – que não são de origem alemã – abrem os discursos “[...] apregoando as qualidades da raça germânica, sua dedicação ao trabalho, seu espírito de ordem[...]”, enfim, fazendo “[...] o elogio da imigração alemã, a cujo trabalho o Brasil tudo devia[...]”, e são ovacionados pelo público, de maioria germânica, que os assistia. (MOOG, 1966, p. 134). *Geraldo* e *Armando* ficam irritados diante de tal manobra eleitoreira (pois o próprio promotor já havia falado mal dos germânicos em outras ocasiões). Quando o deputado se apresta para iniciar o seu discurso, alguém que está no meio do público pede a palavra: é o *velho Cordeiro*:

O velho Cordeiro [...] pedira a palavra para chamar a atenção do nobre deputado Eumolpo Peçanha sobre a necessidade urgente de uma campanha de nacionalização da colônia alemã no Rio Grande do Sul. [...] Era preciso acabar de vez com os incensos a outra raça que não a brasileira. Do contrário, jamais se chegaria a dar início ao combate aos que viviam dentro do Brasil, a celebrar em vez da sua, a pátria dos seus antepassados. E os tempos estavam mais do que maduros para a organização de uma cruzada em prol da unidade nacional.

- Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica – continua o velho Cordeiro – que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremeçam de civismo com as epopéias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção da pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação.

Para ele, cultos cívicos heterogêneos não geravam a unidade, quando não degeneravam em choques inevitáveis. Só dentro de uma educação nacional homogênea, e só por meio dela, seria possível firmar no Brasil a paz sem ódios[...]

- Num só peito não cabem duas pátrias. O Brasil é bastante grande e glorioso para reclamar só para si o amor de todos os seus filhos [...] legítimos e adotivos (MOOG, 1966, p. 134-135).

A resposta de *Eumolpo Peçanha* vem em alemão, ao que a platéia reage de forma exultante, para o horror do *velho Cordeiro*, de *Geraldo* e de *Armando*. Fica selada assim a imagem de *Blumental* como uma cidade enquistada além de, implicitamente, transparecer que o autor faz uma crítica ao governo de Flores da

Cunha⁶⁵ que costumava incentivar as manifestações germanistas, através dos personagens do promotor, do prefeito e do deputado que, depreende-se, eram aliados ao governador. Como se pode ver, o discurso do *velho Cordeiro* se assemelhava e muito com o posicionamento de Cordeiro de Farias, e o que vemos aqui é uma ode ao interventor do estado à época da escrita do romance:

O velho Cordeiro talvez nunca tivesse lido tratados de civismo, grossos compêndios de etnologia, mas tinha uma visão larga dos homens e das coisas. [...] Alguma coisa grave se estava passando. Blumental era o encontro de dois mundos diferentes. Era preciso fazer alguma coisa, antes que algo dramático e irremediável acontecesse (MOOG, 1966, p. 138).

Como se vê, Moog (1966) representa os teuto-brasileiros como germanófilos e racistas que se consideravam superiores e que desprezavam a todos os indivíduos que não compartilhavam sua herança étnica; os representa também como indivíduos que não se interessam pela política nacional, pois vivem com os olhos voltados para a Alemanha. No entanto, é interessante mencionar que Moog (1966) não apresenta os teutos, ou todos os teutos, de maneira negativa⁶⁶. Ele abre espaço no romance para diversos posicionamentos tanto de brasileiros com respeito aos teuto-brasileiros quanto o contrário. E é uma característica do romance de tese apresentar diversos posicionamentos para enriquecer a discussão que o autor quer apresentar.

No romance somos apresentados ao *Dr. Stahl*, por exemplo, um alemão nato que vem para o Brasil como exilado político, se naturaliza brasileiro e atua como um cidadão politicamente ativo. Ele é um defensor das liberdades de modo geral, e é a favor da miscigenação, pois, como afirma em tom de pilhéria numa discussão com *Frau Marta e Karl Wolff*, “[...] na natureza, como nas raças, deve-se praticar o enxerto em larga escala” (MOOG, 1966, p. 104). Ele afirma que a repulsa que os alemães sentem por outras “raças” advém de uma educação viciada por preconceitos raciais e não porque exista uma superioridade racial alemã; ele critica fortemente essa crença:

- Ora falar de raça pura na Alemanha e na Itália! A Itália, um ninho de úmbrios, vênetsos, árabes, norte-africanos, judeus, turcos, tudo. A

⁶⁵Vianna Moog (1966), em nenhum momento, cita o nome de Flores da Cunha ou de qualquer outro personagem real. No entanto, faz referência às divergências que estavam ocorrendo entre o governador e o presidente da República e, em certo momento do romance, somos informados que o prefeito de Blumental “era todo do general” (MOOG, 1966, p. 194), ou seja, do general Flores da Cunha.

⁶⁶Até porque o próprio Vianna Moog tinha origem alemã.

Alemanha, o ponto de passagem de todas as invasões bárbaras do Oriente para o Ocidente, o cadinho de cruzamento dos bretões, germanos, de chineses, tártaros, mongóis. Vocês já viram o retrato de Keyserling? Mongol puro. Aliás, os nossos melhores pensadores e artistas, os Bach, os Händel, os Nietzsche, tinham sangue de eslavo ou de judeu nas veias (MOOG, 1966, p. 103).

Também, *Geraldo* é levado por seus amigos a um *kerb*⁶⁷, no interior da colônia e lá ele tem contato com outra faceta dos teutos, diferente da posição antipática da burguesia germânica da cidade de *Blumental*. Lá ele tem contato com um povo festeiro e afável. E é no *kerb* que ele conhece *Alzirinha*, “brasileira”, melhor amiga de *Lore*, e seu noivo, *Hans Fischer*, um teuto-brasileiro que aprendeu a falar português depois de adulto e que é, paradoxalmente, favorável à nacionalização:

- No dia em que a colônia se nacionalizar por completo, eles [germanistas] não poderão mais vender os seus jornais e fazer propaganda política, por conta da Alemanha [...]
Para eles –olveu Hans Fischer – todos os que têm nome alemão [...] passam a ser considerados maus elementos, renegados, traidores, desde o momento em que se integram no Brasil (MOOG, 1966, p. 121).

Alzirinha formava, então, um casal interétnico com *Hans Fischer* (apesar do propalado racismo, sempre existiram casamentos interétnicos no sul do Brasil). Ela era a primeira professora⁶⁸ de escola pública enviada à colônia para ministrar aulas em português e enfrentava problemas com o pastor protestante que orientava seus fiéis a manterem seus filhos nas escolas locais que ensinavam em alemão. Ela e o noivo o acusavam de fazer propagandas antinacionalistas.

Por fim cabe comentar que *Geraldo Torres*, a vítima do preconceito dos teutos de *Blumental*, parece ser um tipo ideal de brasileiro, de acordo com o que o governo do Estado Novo esperava: mestiço, filho de uma índia com um nordestino, de temperamento cordial, sem preconceitos de “raça”, a favor da nacionalização, naturalmente, e que mesmo após ter sido desprezado não guarda rancor aos seus

⁶⁷Festa de origem germânica que se realizava para comemorar a data de inauguração da igreja local; o *kerb* durava três dias, iniciando domingo e encerrando na terça-feira. Atualmente, variações da festa são realizadas, mas seu caráter de festa religiosa foi se descaracterizando ao longo do tempo. Disponível em: <<http://www.kerb.com.br/p/kerb.html>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

⁶⁸Em *Alzirinha* vemos uma personagem que retrata uma importante característica da Campanha de Nacionalização: as “professorinhas tipo nacionalização” que eram enviadas ao interior das colônias, pelo governo estadual, para ensinarem o português aos “coloninhos”. (GERTZ, 2005a, p. 48). Como já mencionamos, uma das áreas estratégicas para o projeto de nacionalização era a educação e isso significava reprimir as escolas locais fundadas pelos colonos – que ministravam as aulas em alemão – e substituí-las por escolas públicas. Sobre a nacionalização do sistema escolar, ver estudos de Lúcio Kreutz e Maria Helena Câmara.

opressores. Através desse personagem, Moog (1966) faz uma ode ao Brasil miscigenado, plural, e que aceita o diferente. Em seu romance, a idéia sobre um Brasil democrático com relação a “raças” (o hoje reconhecido mito da democracia racial) e que é constituído por um povo cordial é reforçada, através do personagem *Dr. Stahl*, que afirma que no Brasil “[...] não há problemas de raça.” (MOOG, 1966, p. 103). E sendo o brasileiro cordial, resta ao “alemão” o papel de vilão nessa história.

4 “LONGE DO RENO TAMBÉM SE É FELIZ”: OS TEUTOS NA VISÃO DE MÉRCIO

4.1 UM “BRASILEIRO” NA DEFESA DOS TEUTOS

Cerca de dois anos após *Um Rio Imita o Reno* ser lançado, ele recebe uma resposta que vem para fazer oposição à imagem que Vianna Moog apresentou sobre os teuto-brasileiros: Bayard de Toledo Mércio, um jurista gaúcho, escreve *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog* e nos apresenta os teuto-brasileiros como vítimas do abandono governamental, porém, completamente integrados à pátria brasileira. Sobre esse episódio, Vianna Moog escreveu:

Um Rio Imita o Reno marcou a honra de um romance-réplica sob o título Um Rio que não Imita o Reno, sobre o qual tudo quanto posso dizer é que “não li e não gostei”, para me servir aqui da célebre boutade de Oswald de Andrade (MOOG, 1966).

E, literariamente falando, podemos afirmar que *Longe do Reno* é inferior à obra de Vianna Moog, o que é compreensível quando comparamos a trajetória literária dos autores. Moog foi um homem muito culto, verdadeiro intelectual, que escreveu diversas obras entre romances, ensaios, artigos jornalísticos e outros. Toledo Mércio era um juiz de Direito, certamente portador de muitos conhecimentos⁶⁹, mas que escreveu apenas um romance, este que será analisado nesse estudo. Sobre *Longe do Reno* escreve Fischer (2011, p. 22, grifo nosso):

[...] em 1940, o advogado Bayard de Toledo Mércio publica um **estranho** *Longe do Reno – uma resposta à Vianna Moog*, como se lê já na capa da publicação. **Trata-se de uma ficção cheia de defeitos**, dos mais primários

⁶⁹Além de bacharel em Direito, Toledo Mércio era formado em Filosofia e foi fundador, diretor e professor da Faculdade de Direito de Passo Fundo.

(um personagem central tem dois nomes diversos, por exemplo) aos mais sutis (despolitiza todas as variáveis que Moog trata em profundidade), ficção o tempo todo acesa de intenção polêmica a mostrar que, na opinião do autor da *Resposta*, é sim possível haver a integração entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros, pela via do casamento, ao contrário do que o romance de Moog denunciava.

No entanto, o que está em análise aqui não é a qualidade literária das obras em tela e sim o que elas podem nos revelar sobre a história dos teuto-brasileiros. Toledo Mércio não possui uma tradição literária, seu nome não figura entre os escritores brasileiros; foi um jurista que atuou em diversas comarcas do Rio Grande do Sul, exerceu alguns cargos públicos e esteve envolvido em atividades culturais, ou seja, fazia parte de uma elite cultural. Apesar da defesa que faz dos teutos, Mércio⁷⁰ era um indivíduo de origem luso-espanhola, o que denota, aparentemente, que motivos pessoais de ordem étnica não incentivaram a escrita de seu livro. Infelizmente, não encontramos⁷¹ muitos registros sobre ele que pudessem nos indicar suas filiações políticas (se as havia) e as reais motivações para a escrita de *Longe do Reno*. Assim sendo, o que temos é a sua própria obra e dela podemos retirar algumas indicações.

O autor dedica o livro, entre outros nomes, a J. P. Coelho de Souza, o Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, um dos braços mais atuantes na política nacionalista no Estado. Inicialmente, a ideia de um romance que considerava os teutos como patriotas não se coadunava com uma figura que perseguia os teutos e os taxava de quinta-colunistas. No entanto, como veremos ao longo do romance, Mércio demonstra através de seus personagens ser favorável à nacionalização, mas a uma nacionalização que respeitasse as diversas etnias, incorporando seus costumes à cultura brasileira e não de uma nacionalização que reprimisse e objetivasse anular as diferenças; e, talvez, ao dedicar o livro a Coelho de Souza, Mércio estivesse tentando passar essa mensagem a ele.

Virando a página, encontramos a citação de um trecho de um discurso proferido por Getúlio Vargas, no qual o presidente da República afirmava que a culpa pela não assimilação dos teutos à sociedade nacional era “dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos sem comunicações”. O autor já

⁷⁰Segundo nos informamos com a filha do referido autor, Sra. Naiar Mércio Feltes, a sua possível motivação foi o fato de ter sido muito bem recebido (e constituído muitas amizades) pela comunidade alemã, quando chegou a Novo Hamburgo como primeiro juiz de Direito daquela Comarca.

⁷¹Pesquisar a fundo sobre a vida do autor extrapolaria os limites desse trabalho, e talvez possa ser feito algum estudo posterior para elucidar essas questões.

havia sido explícito no título do romance e com a menção ao discurso de Vargas, ele passa a mensagem que quer apresentar ao público: ele nega que houvesse uma intenção por parte dos alemães em não se integrarem ao Brasil e, se por algum tempo eles ficaram isolados, não foi por culpa deles.

4.2 LONGE DO RENO: UMA RESPOSTA A VIANNA MOOG

A história contada em *Longe do Reno* tem uma estrutura muito semelhante à história de Vianna Moog; é praticamente uma paródia, só que a intenção é apresentar uma mensagem oposta à obra parodiada, por assim dizer. A história ocorre em um período entre meados de 1939 e meados de 1940. *Mário de Vasconcelos*, um sergipano recém-formado em medicina no Rio de Janeiro, vai para a cidade fictícia de *Cruzeiro*, na região colonial alemã do Rio Grande do Sul, para assumir um cargo no *Posto de Higiene*. *Mário*, já na viagem, mostra-se contrariado com a sua ida para uma cidade germânica, porque ele não gostava dos alemães, mesmo sem conhecê-los:

Só mesmo a necessidade, a dificuldade de começar a vida num centro maior, o obrigava a vir para o interior que destestava. Da cidade, onde vinha estabelecer-se, já tinha a pior das informações. Era uma zona onde predominava o alemão e ele odiava essa gente loura de olhos claros, que fala uma língua ininteligível, que tem aversão ao brasileiro e que é inadaptável ao meio nacional (MÉRCIO, 1940, p. 20).

Nessa história, o “vilão” é o brasileiro, cheio de preconceitos sobre uma tão afável comunidade teuto-brasileira, que ele tachava de “gente brutal, diferente, intrusa”. Quando chega à cidade, *Mário* segue direto ao hotel sem ter “[...] um gesto de interesse pela cidade nova que via pela primeira vez; não reparou em nada, tal era a sua desolação” (MÉRCIO, 1940, p. 21). E por três meses, ele vive isolado e muito triste; não procura conhecer as pessoas do local e chega a ser rude com os pacientes que chegam até ele falando em alemão. O pensamento do médico a respeito dos alemães somente se transforma quando ele conhece *Flávia*, uma linda teuto-brasileira por quem se apaixona perdidamente.

Certo dia, o *Dr. Cardoso*, advogado aposentado e ex-prefeito da cidade, figura muito respeitada por todos, pede ao *Dr. Schütz*, chefe do *Posto de Saúde*, para acompanhá-lo em uma visita a *Mário*, para tentar dissuadi-lo sobre a ideia que fazia

sobre o elemento germânico. Isso, em véspera das festas de 7 de Setembro de 1939; diante da resistência do médico em acreditar que os habitantes de *Cruzeiro* estavam integrados ao Brasil, o advogado propõe que *Mário* o acompanhe nos festejos do dia seguinte para que ele pudesse lhe mostrar o patriotismo daquela população que possuía um “perfeito espírito de brasilidade”.

Mário aceita o convite de *Dr. Cardoso* e é durante os desfiles de comemoração pela independência do Brasil que ele conhece *Flávia*, a neta mais velha do advogado. Esta era uma moça loira, de olhos azuis, típica alemã, mas que ostentava um nome de origem latina, comum aos brasileiros – *Flávia*. Isso pode ser encarado como uma figura usada pelo autor para representar a perfeita integração⁷² em que viviam os teutos e os demais brasileiros, em sua visão. O médico se apaixona por ela, disponibiliza-se a conhecer os teuto-brasileiros e, rapidamente, conclui que estava errado, que os habitantes de *Cruzeiro* não eram maus: “Não sentia mais aquele horror aos filhos dos filhos da loira Germânia pelos quais, há pouco, votava um desprezo profundo.” (MÉRCIO, 1940, p. 111).

Mário logo é bem aceito pela família de *Flávia*: ela era filha de *Hugo*, um alemão que emigrara para o Brasil, em 1918, e que havia prosperado financeiramente no país, e de *Maria*, filha do *Dr. Cardoso*. O casal tinha mais quatro filhas menores, *Miriam*, *Raquel*, *Lôni* e *Êdit*. Quatro anos após sua chegada ao Brasil, *Hugo* mandara virem também seus pais, *Frau Berta* e *Herr Roberto*, sendo que este já havia falecido dois anos antes da chegada de *Mário*.

Poucos meses depois, *Mário* e *Flávia* ficam noivos, mas ele recebe um telegrama de seu amigo de Porto Alegre, *Dr. Marcondes*, a quem *Mário* escrevera pedindo ajuda para ser transferido. O médico havia mandado uma carta desesperada ao amigo, antes de conhecer *Flávia* e de mudar de opinião sobre os teuto-brasileiros, mas a carta chegou com meses de atraso, quando ele já não mais queria ir embora de *Cruzeiro*. Sem saber que *Mário* estava de casamento marcado, *Dr. Marcondes* intercede junto à chefia dele (a quem o médico também havia escrito pedindo transferência, no que não fora atendido) e consegue a transferência do amigo.

⁷²Numa passagem muito interessante do livro de Mércio (1940, p. 69), vemos dois teuto-brasileiros, um torcedor do Grêmio (“Seu” Fritz) e outro do Internacional (“Seu” Kern), trocando pilhérias entre si, demonstrando a típica rivalidade GRENAL característica do futebol gaúcho. Nada melhor do que usar essa figura futebolística para representar o quanto os teutos estavam integrados à sociedade gaúcha e brasileira.

Diante do comunicado sobre sua transferência, *Mário* pensa em pedir demissão do *Posto de Higiene*, pois ele já estava trabalhando no hospital da cidade e não precisava do emprego no Posto. No entanto, quando ele relata a situação ao *Dr. Cardoso*, este colhe assinaturas da comunidade (que adere prontamente, numa demonstração de bondade que o *Mário* de outrora não imaginaria) e envia uma carta para Porto Alegre em nome da população de *Cruzeiro* para que o médico permanecesse na cidade. E *Mário* não somente fica em *Cruzeiro*, como se casa com *Flávia*, e todos, brasileiros e teuto-brasileiros, vivem em perfeita harmonia.

Como fizemos com o romance de Moog (1966), selecionamos alguns personagens e algumas situações de *Longe do Reno* que interessam à temática aqui estudada.

Mário de Vasconcelos, diferentemente do cordial *Geraldo Torres*, era um sujeito carrancudo, que chegou à cidade de *Cruzeiro* para trabalhar como médico e, por três meses não se relacionou com ninguém do local, pois ele odiava “aquelas caras muito vermelhas” que se dirigiam a ele em alemão:

Também ele era duro. Nem respondia. Sim! Com ele esses “germanofes” não tinham saída. Ele sabia com quem estava tratando. Não dava confiança. Mas não poderia suportar por mais tempo aquilo. Já pedira várias vezes transferência ao Diretor. Telegrafaria mais uma vez. Se não viesse resposta, largaria o cargo e iria embora. Não podia mais. Não suportava mais. Se entrava num café, era só alemão. No cinema, a mesma coisa. E isso o enervava, o exasperava (MÉRCIO, 1940, p. 59).

*Mário*⁷³ “[...] era sistematicamente contra tudo que partisse daquela raça”, a ponto de recusar-se a comer *schmier* e tomar chope, porque eram “comida e bebida de alemão”. E no Posto médico, quando uma paciente fala com ele em alemão, grosseiramente, nega-se a atendê-la, mesmo com a senhora justificando que “– Não é *meu* culpa. Não tinha escola, não *pode aprender* (*sic*)”. *Mário* se sentia um estranho naquela terra.

Ele caminhava, isolado, único, dentro de seu orgulho, preso ao seu brasileiro doentio, odiando a tudo e a todos, como se aquela gente fosse sua inimiga, como se as criaturas que o rodeavam fossem seres perigosos e indignos de consideração (MÉRCIO, 1940, p. 62).

⁷³Mário personifica o preconceito dos brasileiros em relação à comunidade germânica, que teria motivado perseguições infundadas aos teuto-brasileiros, na ótica de Mércio.

A única pessoa com quem *Mário* se relacionava, por força do trabalho, era o *Dr. Schütz* (que apesar da origem alemã se considerava “um bom patriota”), e este, diante da atitude hostil de colega para com os teutos, tentava dissuadi-lo, alegando que a comunidade germânica era tão brasileira como qualquer outra e que seus excessos patrióticos eram infundados. *Dr. Schütz* dizia que o próprio *Mário* é quem estava criando uma situação desagradável para si mesmo, por conta de sua “má vontade para com os pobres teuto-brasileiros”, mas ele estava irredutível e se exaltava ainda mais:

[o senhor se dá bem com os teutos] Porque tem o sanguezinho [e] para eles basta ter a mesma origem. Eu...sou negro para eles. Não querem conversa comigo.

- É engano, doutor. A minha má vontade, a minha desconfiança, como o senhor diz, é a resultante do anti-brasileirismo deles (MÉRCIO, 1940, p. 64).

Dr. Schütz argumenta que *Mário* estava obcecado, vendo anti-brasileirismo e desrespeito à nacionalidade nos teuto-brasileiros, considerando inimigos do Brasil a todos que fossem loiros e falassem alemão, enquanto, na verdade, eles eram patriotas e tinham muito orgulho em ser brasileiros. Para o *Dr. Schütz*, o germanismo não existia.

- O senhor exagera, dr. Schütz! Não sou tão absurdo assim [diz Mário]. **Desprezo-os, porque eles são contra nós; porque são teimosamente refratários à assimilação.** É um povo cheio de si, cento por cento orgulhoso do poder da Alemanha. Não me venha dizer, Dr. Schütz, que eles são patriotas! Há exceções, é claro; mas a regra geral é esta: alemães, no idioma, nos costumes, na maneira de agir, no ideal, achincalhando tudo que é nosso, ridicularizando as nossas instituições, com Hitler na cabeça, marciais. Seus filhos só aprendem a sua língua. Os jardins de infância estão cheios e as aulas públicas, onde o ensino é em português, se acham sempre vazias. Não queira, dr., tapar o sol com a peneira (MÉRCIO, 1940, p. 65-66, grifo nosso).

E assim, *Mário* seguia com seus preconceitos. Sabendo da postura do médico, o *Dr. Cardoso*⁷⁴, pessoa muito influente na cidade, pede ao *Dr. Schütz* que o acompanhe a uma visita a *Mário*. Podemos dizer que *Dr. Cardoso* faz o contraponto ao personagem *velho Cordeiro*, de Moog (1966), no que diz respeito à opinião sobre os teuto-brasileiros. Indivíduo de origem açoriana vivia há muitos anos

⁷⁴Notemos que o personagem “brasileiro” que defende os teutos é uma figura extremamente respeitada, acima de quaisquer suspeitas, ou seja, alguém em quem se pode confiar e que “sabe o que está dizendo”. Ou seja, através desse personagem com credibilidade perante a comunidade fictícia, Mércio tenta convencer o público de que os “alemães” não representam perigo algum ao Brasil.

em *Cruzeiro* e não pretendia de lá sair, pois “era a melhor cidade do mundo”; era um indivíduo de moral ilibada, havia sido um político incorruptível e tinha realizado grandes benfeitorias à cidade, nos seus dois mandatos como prefeito, tendo inclusive harmonizado “a sociedade que se cindira, formando-se à parte a sociedade dos “brasileiros” e a dos “alemães” (MÉRCIO, 1940, p.46):

Por ocasião da cisão, quando as “coisas” estavam no auge da efervescência reuni “brasileiros” e “alemães” na Prefeitura e expus a situação: - Essas rixas, senhores só prejudicam – expliquei. – Pensam que é patriotismo separar em vez de unir?[...] Não compreendem que esta cisão não tem razão de ser? O lugar não comporta duas sociedades. Seria a morte de ambas (MÉRCIO, 1940, p. 47).

E foi assim, ordenando que os chamados “brasileiros” fossem hospitaleiros com a comunidade germânica e orientando aos chamados “alemães” que amassem a terra dos antepassados, mas sem esquecer que a sua pátria agora era o Brasil, salientando que todos ali eram iguais, que o *Dr. Cardoso* acabou com as rixas que existiam em *Cruzeiro*, num tempo já longínquo.

Dr. Cardoso é uma personagem porta-voz da tese que Mércio intentava promover em seu livro: a de que a comunidade teuta estava integrada ao Brasil. Na visita que fez a *Mário*, questionou se ele estava gostando de viver em *Cruzeiro* e este fora bem franco, afirmando que não se adaptava ao elemento teuto, “não por orgulho, mas por princípio”. *Dr. Cardoso* conta que quando chegou em *Cruzeiro*, também estranhou um pouco, mas foi só se relacionar com as pessoas do local para ver que estava errado. E assim, convida *Mário* para assistir as festividades do dia 7 de Setembro, para que ele constataste de *per si*, o patriotismo daquela comunidade:

- Amanhã, Dr. Mário, talvez já encare os fatos por outro prisma. Se me permite virei buscá-lo para irmos à festa e terá então ocasião de verificar o patriotismo de nossa população que, felizmente, no íntimo tem perfeito espírito de brasilidade (MÉRCIO, 1940, p. 74-75).

E aqui cabe um parêntese; desde o início do romance quando somos apresentados às netinhas do *Dr. Cardoso*, somos informados que elas estão ansiosas para assistirem ao desfile de 7 de Setembro, o dia da pátria Brasil:

A festa do dia seguinte representava para elas o mais alto ideal desde que Flávia chegara em casa contando os ensaios no Ginásio. Desse dia para diante, as garotinhas começaram a marchar como a irmã mais velha e a

cantar as canções que ela cantarolava. Vovô prometera levá-las e a ansiedade em seus coraçõezinhos era grande (MÉRCIO, 1940, p. 37).

Essa data é apresentada como um dos dias mais importantes para aquela comunidade de *Cruzeiro*, dia que todos aguardavam para poder exprimir o seu patriotismo. E diante do entusiasmo das netas, *Frau Berta*, que é a antítese da *Frau Marta* de Vianna Moog, uma doce senhora que nascera na Alemanha e emigrara para o Brasil, lembra carinhosamente o dia em que ela e o marido chegaram ao país: 7 de Setembro de 1922 – o Centenário da Independência.

Por conta do esgotamento da Alemanha pós-guerra, seu filho *Hugo* resolvera emigrar para o Brasil, país que prometia fartura e trabalho para todos. Em 1918, *Hugo* emigra; emprega-se como operário numa fábrica de conservas, destaca-se no trabalho e torna-se sócio da empresa e, em cinco anos, enriquece. Em 1922, manda virem seus pais, pois aqui ele nunca tivera desgosto, encontrou um povo bom, fartura e trabalho; ele já amava o Brasil como amava a Alemanha e descobriu que era possível viver longe do Reno.

No dia do Centenário da Independência, então, *Frau Berta* e *Herr Roberto* chegam ao Rio de Janeiro, em meio às festividades da data, e amam o Brasil à primeira vista:

E a mãe abraçou o filho [...]. E sentiu que nesse amplexo sublime ela abraçava o Brasil, apertava contra o peito esse povo que dera ao seu Hugo amizade e trabalho; ela sentiu que beijava essa terra, que premiara o filho com a felicidade e a riqueza (MÉRCIO, 1940, p. 32).

E é no dia 7 de Setembro de 1939, que *Mário* conhece *Flávia*, a neta mais velha do *Dr. Cardoso*, nas festividades que movimentavam a cidade; autoridades faziam discursos patrióticos, hasteava-se a bandeira e tocava-se o hino nacional: “Era a consagração da Pátria, simbolizada no auri-verde pendão, que se erguia mais lindo que o sol”.

Eram dez horas. O calor rabrasava. O suor escorria de todas as faces. Mas o dever é maior do que tudo. A banda de tambores, à frente; as bandeiras, a seguir; depois, o tiro, os colégios, as sociedades, os cantores, os desportistas e o povo. Todos pelo meio da rua, em marcha. Todos entoando canções patrióticas. [...] era tanta gente que os de uma extremidade não enxergavam os da outra (MÉRCIO, 1940, p. 85).

Diante de tal cena, o *Dr. Cardoso* provoca *Mário*: “- Veja e se convença! É agradável ver-se um povo assim, unido, feliz, numa manifestação espontânea (*sic*) de amor à Pátria. É o grito de agradecimento à terra que dá tudo e aos homens que tudo fazem.” (MÉRCIO, 1940, p. 86).

E é durante esse evento, quando *Flávia* necessita de atendimento médico, que a vida de *Mário*, em *Cruzeiro*, começa a mudar. Uma paixão mútua inicia naquele momento. Depois do desfile, quando *Mário* se separa de *Dr. Cardoso* e suas netas, como num passe de mágica, o médico começa a falar com os “alemães” da cidade. Chegando ao hotel onde vive, *Mário* cumprimenta efusivamente o hoteleiro, “*Seu*” *Fritz*, com quem praticamente nunca havia falado; o hoteleiro não acredita no que vê. Assim acontece com a garçonete do hotel, que fica surpresa ao ser tratada com gentileza pelo médico. E mais: *Mário* pede um chope para beber, bebida que outrora evitara por ser “bebida de alemão”. Naquele mesmo dia, à noite, ele vai ao baile de 7 de Setembro, e o romance com *Flávia*, efetivamente, começa.

Passados dois meses, *Mário* permanece por uma semana no interior da colônia, vacinando a população contra o tifo, que assolava a região como no romance de Vianna Moog. E durante esses dias, *Mário* vai tendo um contato direto com a gente que antes odiava e vai formulando um novo conceito de patriotismo:

O amor tudo realiza, pensava Mário. Mas não fora aquele amor [...] que lhe havia mudado a atitude e a maneira de pensar. [...] havia sido o contato direto, permanente, com aquele povo, o 7 de setembro em Cruzeiro, o cavalheirismo daquela gente, que o fizera compreender melhor seus sentimentos.

Vira da terra crescer as plantas que o braço forte do colono plantava, enchendo de riqueza o Brasil, via as indústrias prosperando, se desenvolvendo em toda a parte, e sentia que se estava formando para ele um novo conceito de patriotismo.

Sim; ser brasileiro não é falar a língua pátria somente; é trabalhar, é procurar enriquecer o país, cultivando a lavoura, que dá o pão (MÉRCIO, 1940, p. 111-112).

Com esse contato, *Mário* passa a ver os teuto-brasileiros como irmãos, filhos da mesma pátria; vai dando fim ao seu anti-teuto-brasileirismo e constata que:

No Brasil [...] ainda não existe uma raça. Brasileiro, pelo que estou vendo e felizmente compreendendo, não é a resultante da cruz do negro, do índio e do português. É mais: é a fusão dessas raças ao alemão, ao italiano, ao árabe e até ao japonês, com a mistura de seus costumes, de suas tradições e de suas línguas (MÉRCIO, 1940, p. 112).

Vemos aqui uma clara crítica ao conceito de brasileiro que o governo estadonovista tentava impor, o indivíduo resultante da miscigenação dos sangues luso, índio e negro. Vemos mais, que Mércio era a favor da miscigenação, mas de uma miscigenação mais abrangente que congregaria todas as etnias presentes no Brasil e, saliente-se, com a mistura dos costumes de todas essas etnias à cultura brasileira. Podemos dizer que tanto Vianna Moog quanto Toledo Mércio eram partidários de uma nacionalização; no que eles divergiam era na forma como se daria essa nacionalização: Moog queria a neutralização de costumes distintos ao que o governo considerava como brasileiro e Mércio propunha a mistura de costumes diversos caracterizando a nacionalidade brasileira, com respeito às diferenças, em uma sociedade plural.

Anti-teuto-brasileiro, sem saber bem porque [refletia Mário], argumentando sem conhecer o povo atacado, crente de que o Brasil só pertencia ao caboclo e ao descendente do espanhol e do português, estava concluindo agora que o Brasil era bem maior do que os seus pontos de vista absurdos e que ele pertencia a todos, de qualquer origem, de qualquer raça, que trabalham a terra dadivosa ou que cooperam para sua grandeza, nos vários ramos da atividade humana, porque todos vieram para ele, alemães, italianos, portugueses, espanhóis e tantos outros, e adotaram essa nova Pátria para si e para sua descendência, vencendo a natureza, não medindo sacrifícios, numa luta titânica contra tudo, conquistando muitas vezes com sangue o direito de viver em seu solo (MÉRCIO, 1940, p. 113).

Tempo depois, numa conversa com o *Dr. Cardoso, Mário* afirma não ser mais anti-teuto-brasileiro e que havia mudado sua opinião sobre o problema germânico, devido ao contato direto com os colonos. *Dr. Cardoso* responde que, de fato, o problema a que o médico se referia e que outrora considerava um perigo à nação, havia existido, mas já estava agora solucionado:

O isolamento em que se encontrava o teuto-brasileiro, o abandono em que o governo do país que o acolheu o havia deixado, creou [sic], de fato, uma situação anormal, mais para eles, no entanto, do que para nós próprios. E aconteceu que eles formaram uma sociedade à parte, com costumes diferentes dos nossos, adotando até a língua do seu país de origem e transferindo-a a seus descendentes. Isso, entretanto, não aconteceu somente com o alemão; com o italiano, deu-se a mesma coisa. Os tempos foram mudando e o governo viu a necessidade de implantar o nosso espírito entre esses elementos, conduzindo-os, por assim dizer, ao Brasil. É natural que tenha havido uma reação [...] o elemento teuto-brasileiro, preso aos costumes de sua terra de procedência, quando viu-se obrigado a aboli-los inesperadamente, reagiu. Mas, foi depois compreendendo que aquilo é que estava certo, [...] e procurou aos poucos adaptar-se, acostumar-se. Isso requereu tempo, mas a transformação foi-se processando. Hoje, que o governo encheu de escolas a colônia, que interessou-se pela sorte de toda

essa gente, tudo está muito diferente. Nos velhos tempos em que administrei o município, a maioria não falava o português. Não faz uma vintena de anos e hoje o senhor pode percorrer a colônia e falar a língua pátria que todos o entenderão. Não há mais esse problema para resolver. Solucionou-o, definitivamente, o nosso governo nos últimos dois anos, com a criação [sic] de quartéis e escolas nessas zonas (MÉRCIO, 1940, p. 126-128).

Nesse longo trecho acima, vemos que Mércio (1940) isenta os teuto-brasileiros de culpa pelo seu suposto enquistamento e, assim como dizia Getúlio Vargas, no discurso mencionado pelo autor, o isolamento da comunidade germânica era culpa dos governos anteriores que haviam abandonado os imigrantes à própria sorte. Também, afirma que a resistência que os teutos apresentaram diante da nacionalização foi apenas uma reação natural de um grupo que estava tendo seus costumes ameaçados. Por fim, Mércio (1940) faz um elogio ao governo vigente, ou seja, o governo de Getúlio Vargas e Cordeiro de Farias, que nos últimos dois anos (1938-1939, portanto) havia solucionado o problema com a criação de quartéis e escolas (vias repressiva e educacional levadas a cabo por Cordeiro de Farias, como já mencionamos anteriormente).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a “nacionalização”, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao “exótico” do que de fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocamente “subversivos”. O clima reinante no Rio Grande do Sul em relação a “alienígenas” pode ser aferido pela receptividade que tiveram alguns livros sobre o “perigo alemão”, como *Um Rio Imita o Reno*, de [Clodomir] Vianna Moog (GERTZ, 2005b, p. 168).

Conforme o que foi apresentado, pudemos observar o quão distintas são as representações que Vianna Moog e Toledo Mércio fazem a respeito dos teuto-brasileiros.

Vianna Moog, curiosamente, um teuto-brasileiro, apresenta a comunidade germânica de forma negativa, como um perigo à integração da sociedade nacional brasileira, como racistas e brutos. Apresenta-os como desinteressados pela política nacional e sectários de Hitler e do nazismo. Os teutos de Moog vivem enquistados, crentes em uma superioridade da “raça” alemã, refratários à miscigenação e extremamente preconceituosos com os demais “brasileiros” que não compartilhavam de sua etnia germânica. Eles não se consideravam como integrantes da pátria Brasil, e sim, como alemães. Dessa forma, a obra de Vianna Moog pode ser tomada como um libelo pela Campanha de Nacionalização.

Já Toledo Mércio, um brasileiro de origem luso-hispânica, apresenta uma visão positiva a respeito da comunidade germânica. Ele representa os teuto-brasileiros como completamente integrados à sociedade brasileira e como patriotas inflamados: eles cultivam uma admiração pela sua origem germânica, mas consideram-se brasileiros. Os teutos de Mércio são cidadãos afáveis, que aceitam o que é diferente sem preconceitos raciais: prova disso é a aceitação dos casamentos interétnicos na trama. O autor isenta os teutos de possuírem intenções segregacionistas e culpa o governo brasileiro por ter deixado os primeiros imigrantes à própria sorte, forçando-os a constituírem uma comunidade étnica aparentemente fechada. Mércio advoga por uma sociedade plural e que respeita a alteridade.

Como já mencionamos anteriormente, apesar da divergência dos autores com relação ao elemento germânico, pudemos constatar que ambos partilhavam da opinião de que o Brasil deveria se tornar uma nação integrada. Não obstante, eles divergiam sobre a forma que a integração deveria ocorrer. Vianna Moog era partidário da tese do Estado Novo que pretendia formar uma identidade nacional

baseada na miscigenação do branco, do índio e do negro (com a predominância do elemento luso), na qual as diferenças culturais e étnicas deveriam ser neutralizadas. Mércio, ao contrário, considerava que todas as etnias presentes no país deveriam se integrar à pátria e que seus diferentes costumes deveriam ser incorporados à cultura brasileira e não extirpados violentamente como o Estado Novo estava tentando fazer.

De nossa parte, entendemos que não se deve interpretar a História de forma maniqueísta: nem os teuto-brasileiros eram “vilões”, nem eram “mocinhos”. Não se pode tomar o contingente imigrantista como uma massa homogênea; para o Brasil vieram imigrantes alemães de vários estratos sociais⁷⁵:

Havia colonos [camponeses], colonos luteranos, colonos católicos, comerciantes, industriais, maçons, proletários, que – mesmo pressupondo que possuísem alguns interesses ideais comuns – possuíam interesses ideais e materiais diferentes (GERTZ, 1991, p. 9).

Havia teuto-brasileiros germanistas e não germanistas, havia os partidários do nazismo (poucos, mas havia) e também os manifestamente contrários a ele, havia os que seguiam sua luta pela sobrevivência sem se envolverem em questões étnicas, havia uns mais integrados cultural e politicamente e uns menos integrados ao Brasil, em suma, o contingente de imigrantes e seus descendentes constituíam uma comunidade étnica complexa e diferenciada internamente. No entanto, pelo que depreendemos em nossa pesquisa – como René Gertz bem salienta em diversas obras que escreveu sobre essa temática – a maioria dos indivíduos de origem germânica se considerava como brasileiros e demonstrava apreço pela terra que acolheu seus antepassados no momento de crise que os impeliu a emigrar de sua terra natal.

Esses indivíduos possuíam costumes bastante diversos do que se considerava “brasileiro” na época do Estado Novo e, na contingência internacional de guerra, seu modo de ser suscitou temores ao governo nacional; isso, somado a uma suspeita histórica com relação ao elemento germânico, justificou uma série de violências físicas e psicológicas. No entanto, talvez, a repressão infringida à comunidade germânica tenha sido demasiada, pois como já afirmamos, o que ocorreu foi mais uma dificuldade de comunicação entre os teutos e os brasileiros no

⁷⁵ Interessa salientar a necessidade de diferenciar o contingente imigrantista entre letrados e iletrados, rurais e urbanos. Cada segmento portava anseios muito próprios e distintos entre si.

que tange ao conceito de nacionalidade e cidadania do que uma verdadeira intenção de enquistamento por parte dos teuto-brasileiros.

Sob muitos aspectos a imigração alemã foi vista com simpatia, no entanto, afirma Gertz (1994b, p. 28), no que se refere à cidadania, à integração na sociedade nacional e à sua participação política “[...] pressupõe-se que o cidadão de sobrenome alemão assume forçosamente uma posição segregacionista”. Nessa ótica, o contingente teuto prejudicaria a consolidação do Estado brasileiro e, até mesmo, representava perigo à integridade física do território nacional.

Para o autor, nos momentos de clímax anti-alemães, como durante as guerras mundiais, “absurdas fantasmagorias” foram disseminadas a respeito dos indivíduos de ascendência germânica que viviam no Brasil. Ele reconhece que a comunidade germânica constituía um setor populacional, de certa forma, exótico, quando confrontado com a realidade luso-brasileira, de matriz latina; e reconhece também que alguns fatores contribuíram para a formação de um sentimento anti-alemão por parte do Brasil, como o movimento germanista, que tinha vertentes abertamente segregacionistas. O problema é que isso fez a população brasileira vislumbrar toda a comunidade germânica, como conjunto, de forma negativa:

O movimento “germanista” é um fato, e por isso não admira que setores da população brasileira deduzissem, a partir desses elementos realmente existentes, conclusões sobre o conjunto da população de origem alemã. Como pesquisador, que tenta justamente abarcar em seus estudos o conjunto dessa população, sou, porém, obrigado a, no mínimo, nuançar a realidade (GERTZ, 1994b, p. 30).

Gertz (1994b) afirma que boa parte do que foi escrito sobre os teutos o foi por intelectuais que não conheciam pessoalmente a realidade colonial: escreviam por “ouvir dizer” e faziam “deduções sobre a realidade a partir do discurso germanista⁷⁶”; salienta a necessidade de se levar em conta a existência de “lealdades entrecruzadas”, dentro das quais não era problema fazer parte da política brasileira e freqüentar instituições culturais alemãs, sendo possível ser brasileiro e alemão, concomitantemente. Porém, quando era necessário optar entre as duas pátrias, por assim dizer, a maioria da população “optava claramente pelo Brasil”.

Sobre a possibilidade de uma infiltração nazista no Brasil, o autor afirma que, apesar da existência de posicionamentos individuais pró-nazistas, o conjunto da

⁷⁶O que não é o caso dos autores aqui analisados. Como pudemos ver, Vianna Moog e Toledo Mércio conheciam plenamente o meio teuto-brasileiro.

comunidade germânica não se manifestava a favor da transposição desse regime ao país, tanto que o número de filiados ao Partido Nazista no Brasil era ínfimo em relação à totalidade da população teuta que aqui vivia.

A maior parte dessa população estava integrada ao Brasil e a participação política dessa comunidade, ao longo da história brasileira, demonstra que “[...] a suposta identidade e solidariedade étnica da referida população é uma utopia, que existe só na cabeça de intelectuais germanistas e de intelectuais brasileiros preconceituosos.” (GERTZ, 1994b, p. 36).

O autor não nega a existência de atividade partidária nazista no Brasil e da pujança do movimento germanista na década de 1930, no entanto, encara esses problemas como casos de polícia (ou seja, casos isolados de sujeitos potencialmente perigosos, partidários do nazismo) e não como casos políticos (que envolvessem toda a comunidade germânica). E mais, afirma que estudos sérios concluíram que as instâncias superiores⁷⁷ do governo nazista na Alemanha não tinham um projeto de interferência político-militar no Brasil.

A repressão e a assim chamada “campanha de nacionalização” partiam do pressuposto de que existia um enorme problema ou perigo político a ser enfrentado. É claro que não podemos condenar pura e simplesmente todas as pessoas envolvidas nessa campanha. Algumas certamente agiram com absoluta boa-fé. Estávamos em meio a uma guerra mundial e durante uma guerra não se pode ser ingênuo. O inimigo costuma usar as mais incríveis estratégias e os atos aparentemente mais inofensivos podem esconder graves perigos. O que merece crítica é o fato de que uma perspectiva histórica de meio século ainda não tenha conseguido produzir uma reavaliação desses fatos (GERTZ, 1994b, p. 38).

Não é possível afirmar, categoricamente, se os alemães representavam ou não representavam um perigo ao Brasil. Apesar dos muitos rumores disseminados à época do Estado Novo, nada de concreto que fizesse acreditar no perigo alemão aconteceu como a manifestação (explícita) de interesse imperialista por parte da Alemanha ou insurreições da comunidade germânica no Brasil. Pelo contrário, os teutos que aqui viviam, quando questionados, posicionavam-se como pertencentes à pátria brasileira. De nossa parte, entendemos que a tese do perigo alemão deve ser analisada criticamente e cada grupo, cada etnia, cada colônia distinta deve ser analisada de forma particular, pois a comunidade germânica era constituída por

⁷⁷No entanto, o autor ressalva que não há monolitismo nem mesmo num regime totalitário e instâncias subalternas do governo nazista tratavam sobre “alemães no exterior”, mas que isso não demonstrou ser um risco ao Brasil (GERTZ, 1994b, p.37).

elementos com visões de mundo e interesses diversos e interpretações simplificadoras não devem ser consideradas.

Muito ainda se tem a estudar para elucidar a polêmica que envolveu a comunidade germânica e a sociedade brasileira nos idos do século XX. No entanto, exaurir a bibliografia existente sobre a temática aqui abordada não é nosso objetivo nesse espaço: propusemos-nos a enriquecer esse debate utilizando a interdisciplinaridade entre a História e a Literatura e esperamos ter contribuído satisfatoriamente para o debate acadêmico.

FONTES

MÉRCIO, Bayard de Toledo. **Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional, 1940.

MOOG, Clodomir Vianna. **Um rio imita o Reno (1938)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Breve história de um romance. In: **Um rio imita o Reno (1938)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ivânia C. **A representação do imigrante alemão no romance sul-riograndense: A Divina Pastora, Frida Meyer, Um Rio Imita o Reno, O Tempo e o Vento e A Ferro e Fogo**. 2007. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10922/000603002.pdf?sequence=1>

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. Debate: história e literatura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, 2000. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi01/01_debate01.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. Uma crise na história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____. **À Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHAVES, Flávio Loureiro. **História e literatura**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FISCHER, Luís A. **Vianna Moog: cadeira 4, ocupante 3**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

GERTZ, René E. O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil. In: DALMOLIN, Cátia (Org.). **Mordça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Pallotti, 2005a.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005b.

_____. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época. In: MULLER, Telmo (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994a, p. 13-26.

_____. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994b, p. 29-40.

_____. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

_____. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUAZZELLI, Cesar A. B. “Fatos que realmente aconteceram?” Considerações sobre a história e a literatura. In: SILVEIRA, Helder G. da.; ABREU, Luciano A. de.; MANSAN, Jaime V. (Orgs.). **História e ideologia: perspectivas e debates**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2009.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 149-161.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. (Org.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEENHARDT, Jacques. As luzes da cidade. Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LLOSA, Mario V. **La verdad de las mentiras**. Madrid: Punto de Lectura, 2002.

MAESTRI, Mário. História e Romance histórico: fronteiras. **Novos Rumos**, ano 17, n. 36, 2002.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Discurso sobre a história da literatura do Brasil**. Disponível em:

< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000068.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

MARSON, Ana Maria Rodrigues. Viana. **Vianna Moog, ensaísta e ficcionista—** Cotejo entre suas concepções e suas práticas narrativas. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16217/000694087.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 nov. 2013.

PANDOLFI, Dulce C. Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2003.

_____. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea]**, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

RAMBO, Arthur B. *Nacionalidade e cidadania*. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 43-53.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 3, n. 6, p. 27-53, nov. 2011. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/uploads/114/original_Artigo%20,%20SANTOS.pdf?1325192377>. Acesso em: 16 nov. 2013.

SANTOS, Márcio José Coutinho dos. O "jus sanguinis" como critério de determinação da nacionalidade da pessoa natural segundo o direito internacional. **Jus Navigandi**, ano 14, n. 2046, 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12298>>. Acesso em: 3 out. 2013.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Orgs.). **Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 204.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. **Revista de História**, Campinas, n 2, p. 13-37, 1991. Dossiê História-Narrativa.

TORRES, Andréa S. **Imprensa: política e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

VELLOSO, Mônica P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidade, história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 105-119.